

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	9
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	10

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	12
DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	13
Demonstração de Valor Adicionado	14
Comentário do Desempenho	15
Notas Explicativas	16

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	62
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2017</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	86.371
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>86.371</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Reunião do Conselho de Administração	08/08/2017	Juros sobre Capital Próprio	28/08/2017	Ordinária		0,80157

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2017</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2016</b>
1	Ativo Total	52.067.559	46.321.128
1.01	Ativo Circulante	21.189.785	20.985.048
1.01.01	Disponibilidades	162.199	184.575
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	12.224.060	9.465.283
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	12.224.060	9.314.933
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	0	150.350
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	2.218.195	4.050.575
1.01.03.01	Carteira Própria	1.282.733	2.907.381
1.01.03.02	Vinculados a Compromisso de Recompra	935.462	855.690
1.01.03.04	Vinculados à Prestação de Garantias	0	287.504
1.01.04	Relações Interfinanceiras	719.305	221.155
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	56.103	1.190
1.01.04.02	Depósitos no Banco Central	662.422	218.335
1.01.04.04	Repasses Interfinanceiros	0	784
1.01.04.05	Correspondentes	780	846
1.01.06	Operações de Crédito	4.075.588	4.774.641
1.01.06.02	Setor Público	173.908	238.571
1.01.06.03	Setor Privado	4.415.723	5.084.099
1.01.06.04	(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	-514.043	-548.029
1.01.08	Outros Créditos	1.752.621	2.257.019
1.01.08.02	Carteira de Câmbio	397.441	612.278
1.01.08.03	Rendas a Receber	16.025	13.921
1.01.08.04	Negociação e Intermediação de Valores	12	12
1.01.08.05	Diversos	1.410.141	1.826.346
1.01.08.06	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-70.998	-195.538
1.01.09	Outros Valores e Bens	37.817	31.800
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	14.637	14.442
1.01.09.02	(Provisões para Desvalorizações)	-624	-613
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	23.804	17.971
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	30.682.591	25.121.511
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	23.192.644	16.798.301
1.02.02.01	Carteira Própria	22.389.402	16.322.718
1.02.02.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	3.037	44.099
1.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	377.367	403.488
1.02.02.04	Vinculados à Prestação de Garantias	422.838	27.996
1.02.03	Relações Interfinanceiras	66.162	66.075
1.02.03.01	Tesouro Nacional Recursos de Crédito Rural	0	6
1.02.03.02	SFH - Sistema Financeiro da Habitação	66.162	66.069
1.02.05	Operações de Crédito	5.107.898	6.363.766
1.02.05.02	Setor Público	1.107.759	1.141.948
1.02.05.03	Setor Privado	4.527.266	5.909.339
1.02.05.04	(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	-527.127	-687.521
1.02.07	Outros Créditos	2.315.887	1.893.369
1.02.07.03	Diversos	2.342.910	1.922.193

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2017</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2016</b>
1.02.07.04	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-27.023	-28.824
1.03	Ativo Permanente	195.183	214.569
1.03.01	Investimentos	1.912	1.909
1.03.01.04	Outros Investimentos	7.215	7.212
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-5.303	-5.303
1.03.02	Imobilizado de Uso	173.368	192.757
1.03.02.01	Imóveis de Uso	169.752	170.087
1.03.02.02	Reavaliações de Imóveis de Uso	107.132	107.628
1.03.02.03	Outras Imobilizações de Uso	279.758	273.752
1.03.02.04	(Depreciações Acumuladas)	-383.274	-358.710
1.03.04	Intangível	19.903	19.903
1.03.04.01	Ativos Intangíveis	19.903	19.903

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2017</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2016</b>
2	Passivo Total	52.067.559	46.321.128
2.01	Passivo Circulante	19.847.839	16.536.899
2.01.01	Depósitos	5.640.750	5.949.100
2.01.01.01	Depósitos a Vista	324.261	345.990
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	2.103.102	2.113.346
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	1.521.139	1.111.078
2.01.01.04	Depósitos a Prazo	1.692.248	2.378.686
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	1.039.099	966.859
2.01.02.01	Carteira Própria	935.314	896.579
2.01.02.02	Carteira de Terceiros	103.785	70.280
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	203.196	310.611
2.01.03.01	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	183.660	302.735
2.01.03.02	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	19.536	7.876
2.01.04	Relações Interfinanceiras	40.251	593
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	40.251	593
2.01.05	Relações Interdependências	7.899	7.181
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	5.177	7.170
2.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	2.722	11
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	458.981	637.742
2.01.06.02	Empréstimos no Exterior	458.981	637.742
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	167.607	150.737
2.01.07.01	Tesouro Nacional	314	253
2.01.07.02	BNDES	143.943	125.251
2.01.07.03	FINAME	23.350	25.233
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	137.596	141.564
2.01.09	Outras Obrigações	12.152.460	8.372.512
2.01.09.02	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	11.570	2.547
2.01.09.03	Carteiro de Câmbio	3.873	4.022
2.01.09.04	Sociais e Estatutárias	30.309	164.522
2.01.09.05	Fiscais e Previdenciárias	275.393	618.741
2.01.09.06	Negociação e Intermediação de Valores	153	153
2.01.09.07	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	8.610.897	4.439.550
2.01.09.09	Diversas	3.220.265	3.142.977
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	28.732.533	26.421.734
2.02.01	Depósitos	5.756.817	4.658.220
2.02.01.02	Depósitos Interfinanceiros	57.481	87.767
2.02.01.03	Depósitos a Prazo	5.699.336	4.570.453
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	2.992	2.778
2.02.02.01	Carteira Própria	2.992	2.778
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	964.581	988.259
2.02.03.02	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	964.581	988.259
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	1.397.489	1.518.511
2.02.07.01	Tesouro Nacional	129	198
2.02.07.02	BNDES	1.323.501	1.427.340

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2017</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2016</b>
2.02.07.03	FINAME	73.859	90.973
2.02.08	Obrigações por Repasse do Exterior	516.895	622.712
2.02.09	Outras Obrigações	20.093.759	18.631.254
2.02.09.02	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	14.148.031	13.198.250
2.02.09.04	Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	2.165.433	2.012.874
2.02.09.05	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	1.000.000	1.000.000
2.02.09.06	Diversas	2.780.295	2.420.130
2.05	Patrimônio Líquido	3.487.187	3.362.495
2.05.01	Capital Social Realizado	2.844.000	2.844.000
2.05.03	Reservas de Reavaliação	12.299	14.491
2.05.03.01	Ativos Próprios	12.299	14.491
2.05.04	Reservas de Lucro	1.379.691	1.157.951
2.05.04.01	Legal	252.231	237.329
2.05.04.02	Estatutária	1.127.460	920.622
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-881.906	-653.947
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	-881.906	-653.947
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	133.103	0

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016</b>
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	1.310.370	4.094.806	1.465.417	4.010.669
3.01.01	Operações de Crédito	492.328	1.442.108	477.568	1.519.026
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	835.988	2.600.101	914.557	2.610.314
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	-52.866	-43.914	39.151	-216.751
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	17.741	80.248	22.389	65.526
3.01.05	Resultado das Aplicações Compulsórias	17.179	16.263	11.752	32.554
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-893.298	-3.050.666	-1.160.977	-3.096.084
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-245.378	-871.833	-376.166	-1.062.666
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-508.388	-1.662.899	-548.534	-1.455.819
3.02.03	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-139.532	-515.934	-236.277	-577.599
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	417.072	1.044.140	304.440	914.585
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-177.942	-516.032	-398.653	-671.881
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	521.815	1.711.101	468.729	1.571.103
3.04.02	Despesas de Pessoal	-516.569	-1.433.126	-424.190	-1.281.792
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-318.938	-916.295	-301.396	-836.057
3.04.04	Despesas Tributárias	-71.906	-219.707	-67.143	-209.911
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	558.896	1.412.975	355.555	1.676.342
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-351.240	-1.070.980	-430.208	-1.591.566
3.05	Resultado Operacional	239.130	528.108	-94.213	242.704
3.06	Resultado Não Operacional	-1.914	-4.307	275	480
3.06.01	Receitas	2.124	3.831	2.021	4.017
3.06.02	Despesas	-4.038	-8.138	-1.746	-3.537
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	237.216	523.801	-93.938	243.184
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	18.401	-15.226	-72.772	-231.064
3.09	IR Diferido	-77.552	-13.438	113.913	175.838
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-9.807	-28.838	0	-15.191
3.10.01	Participações	-9.807	-28.838	0	-15.191

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016</b>
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	168.258	466.299	-52.797	172.767
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	1,9481	5,3988	-0,6113	2,0003

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	168.258	466.299	-52.797	172.767
4.02	Outros Resultados Abrangentes	66.623	-225.767	44.012	65.535
4.02.01	Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponível para Venda	112.111	161.715	74.356	270.606
4.02.02	Efeito Tributário sobre o Ajuste de Avaliação de Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	-45.149	-64.095	-30.249	-109.115
4.02.03	Realização da Reserva de Reavaliação	964	3.919	969	2.905
4.02.04	Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	-434	-1.727	-436	-1.307
4.02.05	Ganhos ou Perdas Atuariais	-869	-325.579	-628	-97.554
4.03	Resultado Abrangente do Período	234.881	240.532	-8.785	238.302

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	3.196.593	-4.081.168
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.778.425	1.963.165
6.01.01.01	Lucro Líquido/Prejuízo do Período	466.299	172.767
6.01.01.02	Despesa de Depreciação e Amortização	30.177	31.738
6.01.01.03	Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens	11	-12
6.01.01.04	Provisão Líquida para Créditos de Liquidação Duvidosa	425.007	560.987
6.01.01.05	Provisão Líquida para Outros de Liquidação Duvidosa	90.927	16.612
6.01.01.06	Provisão Líquida para Garantias Financeiras Prestadas (Riscos do FNE)	523.153	739.645
6.01.01.07	Provisão Líquida para Garantias Financeiras Prestadas (Riscos do FDNE)	88	30
6.01.01.08	Provisão Líquida para Contingências	-36.517	86.323
6.01.01.09	Provisão Líquida Benefícios Pós Emprego	149.893	139.987
6.01.01.10	Provisão Líquida para Outras Contingências	9.590	0
6.01.01.11	Despesas de Instrumentos de Dívidas Elegíveis a Capital	99.352	0
6.01.01.12	Atualização Monetária de Depósitos Judiciais	37.056	0
6.01.01.13	Ativo Fiscal Diferido	-13.438	175.838
6.01.01.14	Reversão/constituição de Provisão para Perdas em Crédito Vinculados ao SFH	-3.173	23.188
6.01.01.17	Constituição/Reversão de Provisões Operacionais	0	16.062
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.418.168	-6.044.333
6.01.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	116.844	-11.015
6.01.02.02	Relações Internfinanceira e Interdependência	-454.686	-103.094
6.01.02.03	Operações de Crédito	1.529.913	446.875
6.01.02.04	Outros Créditos	4.390	238.194
6.01.02.05	Outros Valores e Bens	-5.787	-5.915
6.01.02.06	Depósitos	753.191	-373.360
6.01.02.07	Captação no Mercado Aberto	72.454	-772.964
6.01.02.08	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-131.094	-100.638
6.01.02.09	Obrigações por Empréstimos e Repasses	-392.698	-744.661
6.01.02.10	Intrumentos Financeiros Derivativos	26.121	196.869
6.01.02.11	Outras Obrigações	4.488.518	3.316.082
6.01.02.12	Reserva de Reavaliação	407	0
6.01.02.13	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-93.348	-294.326
6.01.02.14	Títulos e Valores Mobiliários Disponível para Venda	-4.490.464	-7.836.380
6.01.02.15	Ajustes de Exercícios Anteriores	-5.593	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-11.034	-18.455
6.02.01	Inversões em Investimentos	-3	-32
6.02.02	Inversões em Imobilizado de Uso	-17.735	-22.179
6.02.03	Inversões em Intangível	0	-445
6.02.04	Inversões em Bens Não de Uso Próprio	-399	-204
6.02.05	Alienação(Baixa) de imobilizado de Uso	6.946	4.332
6.02.06	Alienação de Bens de Uso Próprio	157	73
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-332.314	-464.767
6.03.01	Dividendos e Bonificações Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-118.386	-71.377

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016</b>
6.03.04	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	-213.928	-393.390
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.853.245	-4.564.390
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	9.429.229	12.587.311
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	12.282.474	8.022.921

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social</b>	<b>Reservas de Capital</b>	<b>Reservas de Reavaliação</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros/Prejuízos Acumulados</b>	<b>Ajustes de Avaliação Patrimonial</b>	<b>Total do Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldo Inicial	2.844.000	0	14.491	1.157.951	0	-653.947	3.362.495
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	-5.593	0	-5.593
5.03	Saldo Ajustado	2.844.000	0	14.491	1.157.951	-5.593	-653.947	3.356.902
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	466.299	0	466.299
5.05	Destinações	0	0	0	221.740	-330.202	0	-108.462
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-108.462	0	-108.462
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	221.740	-221.740	0	0
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	14.902	-14.902	0	0
5.05.03.02	Reserva Estatutária	0	0	0	206.838	-206.838	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	-2.192	0	2.599	-227.959	-227.552
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	97.620	97.620
5.07.04	Realização da Reserva	0	0	-2.192	0	2.599	0	407
5.07.05	Ganhos e Perdas Atuariais	0	0	0	0	0	-325.579	-325.579
5.13	Saldo Final	2.844.000	0	12.299	1.379.691	133.103	-881.906	3.487.187

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social</b>	<b>Reservas de Capital</b>	<b>Reservas de Reavaliação</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros/Prejuízos Acumulados</b>	<b>Ajustes de Avaliação Patrimonial</b>	<b>Total do Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldo Inicial	2.844.000	0	16.621	598.429	0	-615.864	2.843.186
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	2.844.000	0	16.621	598.429	0	-615.864	2.843.186
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	172.767	0	172.767
5.05	Destinações	0	0	0	172.617	-226.629	0	-54.012
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-54.012	0	-54.012
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	172.617	-172.617	0	0
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	11.278	-11.278	0	0
5.05.03.02	Reserva Estatutária	0	0	0	161.339	-161.339	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	-1.598	0	1.598	63.937	63.937
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	161.491	161.491
5.07.04	Realização da Reserva	0	0	-1.598	0	1.598	0	0
5.07.05	Ganhos e Perdas Atuariais	0	0	0	0	0	-97.554	-97.554
5.13	Saldo Final	2.844.000	0	15.023	771.046	-52.264	-551.927	3.025.878

**DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016</b>
7.01	Receitas	5.627.661	5.089.428
7.01.01	Intermediação Financeira	4.094.806	4.010.669
7.01.02	Prestação de Serviços	1.711.101	1.571.103
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-515.934	-577.599
7.01.04	Outras	337.688	85.255
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-2.534.732	-2.518.485
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-856.662	-776.860
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-66.751	-63.020
7.03.02	Serviços de Terceiros	-422.681	-404.902
7.03.04	Outros	-367.230	-308.938
7.03.04.01	Processamento de Dados e Telecomunicações	-210.650	-182.991
7.03.04.02	Propaganda, Promoções e Publicações	-22.379	-11.037
7.03.04.03	Transportes	-21.220	-20.471
7.03.04.04	Segurança	-44.930	-41.268
7.03.04.05	Viagens	-11.063	-10.142
7.03.04.06	Outras	-56.988	-43.029
7.04	Valor Adicionado Bruto	2.236.267	1.794.083
7.05	Retenções	-30.178	-31.738
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-30.178	-31.738
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.206.089	1.762.345
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.206.089	1.762.345
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	2.206.089	1.762.345
7.09.01	Pessoal	1.266.799	1.117.759
7.09.01.01	Remuneração Direta	912.621	779.456
7.09.01.02	Benefícios	290.666	279.787
7.09.01.03	F.G.T.S.	63.512	58.516
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	443.536	444.360
7.09.02.01	Federais	420.888	423.989
7.09.02.02	Estaduais	42	29
7.09.02.03	Municipais	22.606	20.342
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	29.455	27.459
7.09.03.01	Aluguéis	29.455	27.459
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	466.299	172.767
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	108.462	54.012
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	357.837	118.755

## Comentário do Desempenho

---

### DESEMPENHO OPERACIONAL

O BNB contratou o valor de R\$ 7,3 bilhões no terceiro trimestre de 2017, envolvendo 1.230.943 operações de empréstimos e financiamentos de operações de crédito, apresentando crescimentos de 6,4% na quantidade de operações e 59,6% no valor contratado em relação ao terceiro trimestre de 2016.

Os recursos envolvidos em operações de crédito de longo prazo foram, em sua maioria, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). No terceiro trimestre de 2017 foi contratado o montante de R\$ 4,8 bilhões com recursos do Fundo, tendo sido realizadas 151.839 operações, o que representa acréscimo de 130% no valor contratado e de 20,4% na quantidade de operações em relação ao mesmo período de 2016.

Por meio de seu programa de microcrédito produtivo orientado urbano, o Crediamigo, o BNB desembolsou R\$ 2,0 bilhões, contratando 995.065 operações no terceiro trimestre de 2017 em apoio aos microempreendedores de toda a sua área de atuação. Comparando-se com o terceiro trimestre de 2016, o BNB apresentou incrementos de 11,8% e 4,2%, respectivamente, no valor contratado e na quantidade de operações.

Já no que se refere ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf, o BNB contratou 142.343 operações de financiamento envolvendo recursos da ordem de R\$ 767,6 milhões no terceiro trimestre de 2017, o que representa acréscimos de 40,5% no valor contratado e 21,0% na quantidade de operações.

Dentro do Pronaf, o BNB opera o Agroamigo, programa de microcrédito produtivo e orientado para a área rural. Nesta modalidade foi contratado o valor de R\$ 638,1 milhões no terceiro trimestre de 2017, com 136.664 operações realizadas com agricultores familiares, representando crescimento de 38,3% no valor contratado e de 19,9% na quantidade de operações relativamente a igual período de 2016.

No cômputo global do programa de microcrédito produtivo orientado do BNB, envolvendo o Crediamigo, para a área urbana, e o Agroamigo, para a área rural, foi desembolsado o montante de R\$ 2,6 bilhões no terceiro trimestre de 2017, contratando 1.131.729 operações em apoio aos microempreendedores das zonas urbana e rural de toda a sua área de atuação.

No tocante ao apoio às micro e pequenas empresas, o BNB contratou o montante de R\$ 614,6 milhões ao longo do terceiro trimestre de 2017, em 9.871 operações, apresentando incremento de 8,6% no valor contratado e decréscimo de 24,1% na quantidade de operações.

Quanto ao resultado financeiro do BNB, houve lucro de R\$ 168,3 milhões no terceiro trimestre de 2017, sendo que o mesmo período do ano anterior apresentou prejuízo de R\$ 52,8 milhões. No ano de 2017, até setembro, o BNB acumula lucro de R\$ 466,3 milhões.

### INSTRUÇÃO CVM Nº 381, DE 14/01/2003

Em referência à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 381/03, de 14.01.2003, o Banco do Nordeste informa que a Ernst & Young Auditores Independentes S/S, contratada como Auditoria Externa, não prestou, no terceiro trimestre de 2017, quaisquer serviços que não fossem de auditoria externa.

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS****Trimestres findos em 30 de Setembro de 2017 e de 2016****Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado****Índice das Notas Explicativas**

Nota 1- O Banco e suas Características	Nota 16- Outras Obrigações
Nota 2- Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras	Nota 17- Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital
Nota 3- Resumo das Principais Práticas Contábeis	Nota 18- Dívidas Subordinadas
Nota 4- Informações por Segmento	Nota 19- Patrimônio Líquido
Nota 5- Caixa e Equivalentes de Caixa	Nota 20- Outras Receitas/Despesas Operacionais
Nota 6- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Nota 21- Impostos e Contribuições
Nota 7- Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	Nota 22- Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias
Nota 8- Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados	Nota 23- Remuneração Paga a Funcionários e Administradores
Nota 9- Carteira de Crédito e Provisão para Perdas	Nota 24- Benefícios Pós-Emprego
Nota 10- Outros Créditos	Nota 25- Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)
Nota 11- Carteira de Câmbio	
Nota 12- Permanente	Nota 26- Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)
Nota 13- Depósitos e Captações no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas	Nota 27- Gerenciamento de Risco e Índice de Basileia
	Nota 28 - Partes Relacionadas
	Nota 29- Demonstração do Resultado Abrangente
Nota 14- Obrigações por Empréstimos e Repasses	Nota 30- Outras Informações
Nota 15- Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	

**NOTA 1 - O Banco e suas Características**

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1.649, de 19.07.1952, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, com matriz localizada na Avenida Dr. Silas Munguba, nº 5700, Passaré, Fortaleza, Ceará, Brasil, e tem por missão: "Atuar como o Banco de Desenvolvimento da Região Nordeste". O Banco está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras classificadas como Banco Múltiplo, exceto a carteira de crédito imobiliário. Instituição voltada para o desenvolvimento regional, atua como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – principal fonte de recursos para os financiamentos de longo prazo – e a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em sua área de atuação. É também o agente operador do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE). Possui o maior programa de microfinanças da América Latina, consolidado por meio do Crediamigo e do Agroamigo, que facilita o acesso ao crédito a pequenos empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços, nas áreas urbana e rural. Além de recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de captações diretas bem como parcerias com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

**NOTA 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras**

As Demonstrações Financeiras Intermediárias foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638 e 11.941, de, respectivamente, 28.12.2007 e 27.05.2009, normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (Bacen) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo CMN como também os aprovados pela CVM no que não conflitam com as normas do CMN, estão observados nas Demonstrações Financeiras Intermediárias do Banco, conforme abaixo:

## Notas Explicativas

- CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis (Resolução nº 4.144, de 27.09.2012, do CMN);
- CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução nº 3.566, de 29.05.2008, do CMN);
- CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (Deliberação CVM nº 640, de 07.10.2010);
- CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC (Resolução nº 3.604, de 29.08.2008, do CMN);
- CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução nº 3.750, de 30.06.2009, do CMN);
- CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (Deliberação CVM nº 557, de 12.11.2008);
- CPC 12 – Ajuste a Valor Presente (Deliberação CVM nº 564, de 17.12.2008);
- CPC 22 – Informação por Segmento (Deliberação CVM nº 582, de 31.07.2009);
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução nº 4.007, de 25.08.2011, do CMN);
- CPC 24 – Eventos Subsequentes (Resolução nº 3.973, de 26.05.2011, do CMN);
- CPC25–Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução nº 3.823, de 16.12.2009, do CMN);
- CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (Deliberação CVM nº 760, de 22.12.2016);
- CPC 27 – Ativo Imobilizado (Deliberação CVM nº 583, de 31.07.2009);
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Deliberação CVM nº 599, de 15.09.2009);
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados (Resolução nº 4.424, de 25.06.2015, do CMN); e
- CPC 41 – Resultado por Ação (Deliberação CVM nº 636, de 06.08.2010).

### NOTA 3 – Resumo das Principais Práticas Contábeis

#### a) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias do Banco é o Real.

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são registrados à taxa de câmbio média em vigor na data da transação, permanecendo os ativos não monetários ao custo histórico.

Ao final de cada período, os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são atualizados pela taxa de câmbio média, sendo as variações reconhecidas no resultado.

#### b) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são reconhecidas mensalmente, obedecendo o regime de competência, e considerando o critério "pro rata temporis".

#### c) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, retificados por despesas a apropriar, estando os recursos disponíveis do FNE classificados no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, observando-se os fluxos de desembolsos previstos.

Os saldos realizáveis e exigíveis são classificados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, respectivamente, de acordo com as datas de vencimento.

#### d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias da data de aplicação e apresentam risco insignificante de variações no valor de mercado.

#### e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

#### f) Títulos e Valores Mobiliários (TVM)

Os TVM estão registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados e avaliados da seguinte forma:

## Notas Explicativas

**Títulos Disponíveis para Venda:** são aqueles que não se enquadram como para negociação e nem como mantidos até o vencimento e são avaliados pelo valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido; e

**Títulos Mantidos até o Vencimento:** são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para a sua manutenção na carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A classificação em Circulante e Realizável a Longo Prazo dos Títulos Disponíveis para Venda e Títulos Mantidos até o Vencimento foi definida de acordo com seus prazos de vencimento, não caracterizando, no entanto, a indisponibilidade dos papéis, os quais mantêm sua qualidade e característica de elevada liquidez.

### g) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

A atuação do Banco no mercado de derivativos restringe-se a operações de *swap*, exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas.

As operações de *swap* são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes e são avaliadas pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços semestrais. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas. No cálculo do valor de mercado dessas operações são utilizadas as taxas divulgadas pela B3 S.A.

#### **Hedge Accounting**

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no Exterior por meio do *Eurobonds – SeniorUnsecured Notes* de longo prazo, o Banco designou Instrumentos Financeiros Derivativos (contratos de *swap*) para proteção total (*Hedge* de Risco de Mercado) dos valores do principal captado e correspondentes juros devidos. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos IFD designados como proteção, o item objeto de *hedge* também é ajustado ao valor de mercado.

A variação no valor de mercado dos derivativos designados para proteção e o ajuste a valor de mercado do item objeto de *hedge* (registrado como parte do seu valor contábil), são reconhecidos no resultado do período. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições de *hedge accounting*, a relação de proteção é terminada.

Os objetivos da gestão de risco dessa operação, bem como a estratégia de proteção de tais riscos durante toda a operação estão devidamente documentados, como também é documentada a avaliação da efetividade da operação. Um *hedge* é esperado a ser altamente efetivo se a variação no valor de mercado ou fluxo de caixa atribuído do instrumento de *hedge* compensa as variações no valor de mercado do item objeto de *hedge*, num intervalo entre 80% a 125%.

### h) Operações de Crédito, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como risco de nível H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por, no mínimo, cinco anos, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como risco de nível H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

### i) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço se darão durante os exercícios seguintes.

## Notas Explicativas

### j) Permanente

Investimentos: estão avaliados ao custo e retificados pela Provisão para Perdas.

Imobilizado de Uso: está retificado pela depreciação calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: Edificações - 4%; Sistemas de Processamento de Dados e Veículos - 20%; Trator e Moto - 25%; e demais itens - 10%. Os Imóveis de Uso estão acrescidos do valor da reavaliação.

Intangível: composto pelos desembolsos para aquisição de direitos de *software* que, no momento, encontra-se em fase de implantação, com vida útil estimada em 10 anos, a partir da data de sua disponibilidade para uso, e terá amortização linear. Quando aplicável, será ajustado por perda por redução ao valor recuperável (*impairment*).

### k) Tributos

O encargo do Imposto de Renda (IRPJ) é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% (no que exceder a R\$ 240 no exercício) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) à alíquota de 20% (em conformidade com a Lei nº 13.169 de 06.10.2015, vigorará até 31.12.2018) depois de efetuados os ajustes no Lucro Societário, determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos fiscais diferidos são calculados sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, decorrentes de provisões para perdas de crédito, provisões para benefícios pós-emprego e ajustes aos valores de mercado de TVM, de IFD, de item objeto de hedge.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico realizado semestralmente.

O Pasep e a Cofins são calculados utilizando-se as alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente.

### l) Benefícios a Empregados

O Banco mantém, para seus empregados, benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos "benefício definido" e "contribuição variável", além de plano de assistência médica e seguro de vida em grupo, ambos do tipo "benefício definido".

Para os planos do tipo "benefício definido" e para a parcela dos benefícios não programados do plano de contribuição variável, que possui características de plano de benefício definido, os valores correspondentes ao custo do serviço corrente líquido e juros líquidos sobre o valor líquido do passivo atuarial, incluindo os juros sobre o efeito de limite de ativo de benefício definido, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, enquanto que os ganhos e perdas atuariais e o retorno sobre os ativos dos planos, excluindo valores considerados nos juros líquidos, são reconhecidos em "Ajustes de Avaliação Patrimonial", no Patrimônio Líquido.

As contribuições referentes à parcela de contribuição definida do plano de contribuição variável são reconhecidas no resultado.

### m) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

Os depósitos e captações no mercado aberto são reconhecidos pelos valores das exigibilidades, sendo os encargos exigíveis, quando cabíveis, registrados com base no critério "*pro-rata-die*".

### n) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*)

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros relevantes são revistos, no mínimo, ao fim de cada período de relatório para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável.

### o) Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes, dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009 e em conformidade com a Carta Circular nº 3.429, de 11.02.2010, do Bacen.

As provisões de natureza cível, fiscal, trabalhista e outras causas são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para

## Notas Explicativas

a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial, reavaliados por ocasião de movimentações processuais e atualizados monetariamente a cada mês.

A avaliação da provisão e da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas pela área jurídica do Banco, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota. Esta classificação é realizada com base na análise dos seguintes fatores: i) razoabilidade da fundamentação fática e jurídica da parte adversa; ii) argumentação e fundamentação jurídica desenvolvida pelo Banco; iii) antecedentes de perdas para casos similares; iv) entendimentos dos Tribunais Superiores e dos órgãos de fiscalização acerca do assunto em litígio; v) decisões ocorridas no próprio processo (decisão, sentença, concessão de liminar, antecipação de tutela, mandado de pagamento ou penhora etc); e vi) existência de falhas operacionais na condução do processo judicial ou administrativo.

As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por Ações Cíveis (pleitos de indenizações por danos morais e materiais, a exemplo de protestos de títulos, devolução de cheques e inclusão de informações em cadastros restritivos de crédito, dentre outras), Ações Trabalhistas (que objetivam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativamente à legislação específica da categoria profissional, a exemplo de horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, verbas rescisórias, complemento de aposentadoria e outros, bem como autos de infração emanados das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego), Ações Fiscais e Previdenciárias (a exemplo de processos judiciais e administrativos relacionados a tributos federais e municipais) e Outras Ações (a exemplo de autos de infração emanados de Conselhos Regionais que regulamentam o exercício de profissões). Exceto se obrigação legal, para as contingências enquadradas como possíveis e remotas não cabem provisões, conforme disposições legais e regulamentares.

Os ativos e os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras.

As obrigações legais são derivadas de obrigações tributárias, sendo os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da probabilidade de sucesso nos processos judiciais em andamento.

### **p) Dívidas Subordinadas**

As dívidas subordinadas estão registradas pelo custo de aquisição, atualizadas pela taxa extramercado divulgada pelo Bacen quando os recursos estão disponíveis, e, quando aplicados, pelos encargos pactuados com os mutuários.

### **q) Juros sobre o Capital Próprio (JCP) e Dividendos**

Os acionistas têm direito de receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, a importância de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, conforme disposto no Estatuto do Banco. Os JCP poderão ser imputados aos dividendos.

### **r) Uso de estimativas**

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor de mercado de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões, a exemplo do passivo atuarial com planos de assistência médica, previdência complementar e seguro de vida. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

### **s) Resultado por Ação**

O lucro por ação básico e o lucro por ação diluído do Banco foram calculados dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias totais. O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações. Assim, o lucro por ação básico e o lucro por ação diluído são iguais.

## Notas Explicativas

### NOTA 4 – Informações por Segmento

Para fins de gerenciamento, o Banco é organizado em dois segmentos operacionais, baseados em produtos e serviços:

- a) Carteira Própria – compreende os produtos e serviços de sua própria carteira, tais como: operações de crédito e de mercado, administração de fundos e prestação de outros serviços bancários e de garantias; e
- b) FNE – compreende as operações de crédito do âmbito do FNE.

A Administração do Banco gerencia os resultados operacionais separadamente para fins de tomada de decisões sobre a alocação de recursos e avaliação de desempenho. A *performance* de cada segmento é avaliada com base na margem financeira acrescida das tarifas.

Nenhuma receita de transações com um único cliente atingiu 10% ou mais da receita total do Banco, durante os períodos findos em 30.09.2017 e 30.09.2016.

A tabela a seguir apresenta informações sobre receitas, custos, despesas e margem financeira dos segmentos operacionais. Despesas administrativas, assim como outras despesas não apropriáveis diretamente a cada segmento operacional, são consideradas corporativas e figuram somente na coluna "Total":

Especificação	01.01 a 30.09.2017			01.01 a 30.09.2016		
	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total
<b>Receitas</b>	<b>2.924.660</b>	<b>2.578.814</b>	<b>5.503.474</b>	<b>3.302.679</b>	<b>2.384.812</b>	<b>5.687.491</b>
Receitas de Operações de Crédito	1.442.108	-	1.442.108	1.519.026	-	1.519.026
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	981.024	1.619.077	2.600.101	1.161.600	1.448.714	2.610.314
Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	(43.914)	-	(43.914)	(216.751)	-	(216.751)
Resultado de Operações de Câmbio	80.248	-	80.248	65.526	-	65.526
Resultado de Aplicações Compulsórias	16.263	-	16.263	32.554	-	32.554
Outras Receitas	448.931	959.737	1.408.668	740.724	936.098	1.676.822
<b>Despesas</b>	<b>(1.466.833)</b>	<b>(2.109.049)</b>	<b>(3.575.882)</b>	<b>(1.669.796)</b>	<b>(2.167.791)</b>	<b>(3.837.587)</b>
Despesas de Captação no Mercado	(871.833)	-	(871.833)	(1.062.666)	-	(1.062.666)
Despesas com Operações de Empréstimos e Repasses	(79.066)	(1.583.833)	(1.662.899)	(29.531)	(1.426.288)	(1.455.819)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 9.e)	(515.934)	(525.178)	(1.041.112)	(577.599)	(739.645)	(1.317.244)
Outros Passivos Contingentes	-	-	-	-	(1.117)	(1.117)
Provisão Proagro a Receber	-	(38)	(38)	-	(741)	(741)
<b>Margem Financeira</b>	<b>1.457.827</b>	<b>469.765</b>	<b>1.927.592</b>	<b>1.632.883</b>	<b>217.021</b>	<b>1.849.904</b>
Rendas de Prestação de Serviços	343.993	1.317.617	1.661.610	305.482	1.221.437	1.526.919
Rendas com Tarifas, Taxas e Comissões	49.491	-	49.491	44.184	-	44.184
<b>Pasep e Cofins</b>	<b>(22.618)</b>	<b>(173.014)</b>	<b>(195.632)</b>	<b>(80.572)</b>	<b>(107.756)</b>	<b>(188.328)</b>
<b>Resultado após Tarifas e Comissões</b>	<b>1.828.693</b>	<b>1.614.368</b>	<b>3.443.061</b>	<b>1.901.977</b>	<b>1.330.702</b>	<b>3.232.679</b>
<b>Despesas Administrativas</b>			<b>(2.349.421)</b>			<b>(2.117.849)</b>
Despesas de Pessoal			(1.433.126)			(1.281.792)
Depreciação e Amortização			(30.178)			(31.738)
Outras Despesas Administrativas			(886.117)			(804.319)
<b>Outras Despesas</b>			<b>(536.214)</b>			<b>(763.542)</b>
<b>Despesas de Provisões, exceto Crédito</b>			<b>(33.625)</b>			<b>(108.104)</b>
<b>Lucro antes da Tributação e Participações</b>			<b>523.801</b>			<b>243.184</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro			(28.664)			(55.226)
Participações no Lucro			(28.838)			(15.191)
<b>Lucro Líquido</b>			<b>466.299</b>			<b>172.767</b>

## NOTA 5 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Especificação	30.09.2017	31.12.2016
Disponibilidades em Moeda Nacional	116.409	127.664
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	45.790	56.911
<b>Total da Disponibilidade de Caixa</b>	<b>162.199</b>	<b>184.575</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez <sup>(1)</sup>	12.120.275	9.244.654
<b>Total de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>12.282.474</b>	<b>9.429.229</b>

<sup>(1)</sup> Operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação for igual ou inferior a 90 dias.

## NOTA 6 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

### a) Composição

Especificação	30.09.2017	31.12.2016
<b>a) Aplicações no Mercado Aberto</b>	<b>12.224.060</b>	<b>9.314.933</b>
Re vendas a Liquidar-Posição Bancada	12.120.275	9.244.654
Re vendas a Liquidar-Posição Financiada	103.785	70.279
<b>b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>-</b>	<b>150.350</b>
Aplicações em Moedas Estrangeiras	-	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	150.350
<b>Total</b>	<b>12.224.060</b>	<b>9.465.283</b>
Saldo de Curto Prazo	12.224.060	9.465.283

### b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Especificação	01.01 a 30.09.2017	01.01 a 30.09.2016
<b>a) Rendas de Aplicações no Mercado Aberto (Nota 7.b)</b>	<b>747.722</b>	<b>914.486</b>
Posição Bancada	742.036	907.515
Posição Financiada	5.686	6.971
<b>b) Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 7.b)</b>	<b>6.338</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>754.060</b>	<b>914.486</b>

## NOTA 7 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

### a) Títulos e Valores Mobiliários

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estão a seguir distribuídos:

#### a.1) Carteira de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	30.09.2017	31.12.2016
Títulos Disponíveis para Venda	24.837.192	20.259.164
Títulos Mantidos até o Vencimento	196.280	186.224
Diferencial a Receber <i>Swap</i>	377.367	403.488
<b>Total</b>	<b>25.410.839</b>	<b>20.848.876</b>
Saldo de Curto Prazo	2.218.195	4.050.575
Saldo de Longo Prazo	23.192.644	16.798.301

a.2) Títulos Disponíveis para Venda

Especificação	30.09.2017								
	Faixa de Vencimento					Valor de Custo	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado	Faixa de Vencimento
	Sem Vencimento	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias				
<b>Títulos de Renda Fixa</b>	-	-	<b>1.481.657</b>	<b>686.868</b>	<b>22.217.478</b>	<b>24.884.522</b>	<b>24.386.003</b>	<b>(498.519)</b>	
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	1.133.362	-	20.093.052	21.214.886	21.226.414	11.528	2018 a 2023
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	1.371.080	1.228.042	1.371.080	143.038	2050
Letras Financeiras	-	-	348.271	669.853	655.256	1.719.642	1.673.380	(46.262)	208 a 2019
Debêntures	-	-	-	16.903	93.945	683.862	110.848	(573.014)	2018 a 2041
Títulos Públicos Federais – FCVS	-	-	-	-	3.948	4.747	3.948	(799)	2027
Títulos Públicos Federais – Outros	-	-	-	-	-	32.895	-	(32.895)	1993
Títulos da Dívida Agrária	-	-	24	112	197	448	333	(115)	2017 a 2022
<b>Cotas de Fundos de Investimentos</b>	<b>371</b>	-	-	-	-	<b>1.974</b>	<b>371</b>	<b>(1.603)</b>	
Fundos de Desenvolvimento Social (FDS)	-	-	-	-	-	1.603	-	(1.603)	Sem Vencimento
Fundo Garantidor para Investimentos (FGI)	352	-	-	-	-	352	352	-	Sem Vencimento
Fundo de Garantia de Operações (FGO)	19	-	-	-	-	19	19	-	Sem Vencimento
<b>Títulos de Renda Variável</b>	<b>27.980</b>	-	-	-	-	<b>13.025</b>	<b>27.980</b>	<b>14.955</b>	
Outros Incentivos Fiscais – Finor	187	-	-	-	-	109	187	78	Sem Vencimento
Ações de Companhias Abertas	27.793	-	-	-	-	12.916	27.793	14.877	Sem Vencimento
<b>Títulos Dados em Garantia <sup>(1)</sup></b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>422.838</b>	<b>422.968</b>	<b>422.838</b>	<b>(130)</b>	
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	404.232	403.590	404.232	642	2020 a 223
Títulos Públicos Federais – Outros	-	-	-	-	-	833	-	(833)	1993
Debêntures	-	-	-	-	18.606	18.545	18.606	61	2019
<b>Total da Categoria</b>	<b>28.351</b>	<b>-</b>	<b>1.481.657</b>	<b>686.868</b>	<b>22.640.316</b>	<b>25.322.489</b>	<b>24.837.192</b>	<b>(485.297)</b>	
Crédito Tributário (Nota 21.b)								271.206	
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)								(71.161)	
<b>Total do Ajuste a Valor de Mercado</b>								<b>(285.252)</b>	

Especificação	31.12.2016								
	Faixa de Vencimento					Valor de Custo	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado	Faixa de Vencimento
	Sem Vencimento	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias				
<b>Títulos de Renda Fixa</b>	-	-	<b>2.113.406</b>	<b>1.606.186</b>	<b>16.191.268</b>	<b>20.574.867</b>	<b>19.910.860</b>	<b>(664.007)</b>	
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	1.975.238	1.468.599	12.997.447	16.474.904	16.441.284	(33.620)	2017 a 2022
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	1.561.353	1.532.143	1.561.353	29.210	2050
Letras Financeiras	-	-	138.060	137.564	1.528.758	1.858.041	1.804.382	(53.659)	2017 a 2019
Debêntures	-	-	-	-	98.278	670.579	98.278	(572.301)	2018 a 2041
Títulos Públicos Federais – FCVS	-	-	-	-	5.133	5.116	5.133	17	2027
Títulos Públicos Federais – Outros	-	-	-	-	-	33.507	-	(33.507)	1993
Títulos da Dívida Agrária	-	-	108	23	299	577	430	(147)	2017 a 2022
<b>Cotas de Fundos de Investimentos</b>	<b>327</b>	-	-	-	-	<b>1.895</b>	<b>327</b>	<b>(1.568)</b>	
Fundos de Desenvolvimento Social (FDS)	-	-	-	-	-	1.568	-	(1.568)	Sem Vencimento
Fundo Garantidor para Investimentos (FGI)	313	-	-	-	-	313	313	-	Sem Vencimento
Fundo de Garantia de Operações (FGO)	14	-	-	-	-	14	14	-	Sem Vencimento
<b>Títulos de Renda Variável</b>	<b>32.477</b>	-	-	-	-	<b>13.025</b>	<b>32.477</b>	<b>19.452</b>	
Outros Incentivos Fiscais – Finor	109	-	-	-	-	109	109	-	Sem Vencimento
Ações de Companhias Abertas	32.368	-	-	-	-	12.916	32.368	19.452	Sem Vencimento
<b>Títulos Dados em Garantia <sup>(1)</sup></b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>287.504</b>	<b>-</b>	<b>27.996</b>	<b>316.390</b>	<b>315.500</b>	<b>(890)</b>	
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	287.504	-	7.439	295.107	294.943	(164)	2017 a 2022
Títulos Públicos Federais – Outros	-	-	-	-	-	848	-	(848)	1993
Debêntures	-	-	-	-	20.557	20.435	20.557	122	2019
Letras Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Total da Categoria</b>	<b>32.804</b>	<b>-</b>	<b>2.400.910</b>	<b>1.606.186</b>	<b>16.219.264</b>	<b>20.906.177</b>	<b>20.259.164</b>	<b>(647.013)</b>	
Crédito Tributário (Nota 21.b)								284.811	
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)								(20.670)	
<b>Total do Ajuste a Valor de Mercado</b>								<b>(382.872)</b>	

<sup>(1)</sup> Composição: Garantias de Operações em Bolsa R\$ 250.056 (R\$ 230.402 em 31.12.2016); Garantias de Operações em Câmaras de Liquidação R\$ 2.845 (R\$ 2.617 em 31.12.2016); Garantias em Processos Judiciais R\$ 144.187 (R\$ 58.733 em 31.12.2016); e Demais Garantias R\$ 25.751 (R\$ 23.748 em 31.12.2016).

A rubrica “Títulos Públicos Federais – Outros” dos itens Títulos de Renda Fixa e Títulos Dados em Garantia registra aplicações financeiras em títulos públicos denominados pelo Tesouro Nacional como NUCL910801, com vencimento em 31.08.1993, ainda não resgatados pelo Tesouro Nacional. Os referidos títulos registram uma desvalorização integral em função de seu vencimento, sem, no entanto, se enquadrar no conceito de Perda Permanente, na forma disciplinada na Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

Em virtude do enquadramento dos ativos na categoria “Títulos Disponíveis para Venda”, encontra-se registrado no Patrimônio Líquido do Banco, na conta “Ajustes a Valor de Mercado”, o valor de (R\$ 485.297) ((R\$ 647.013) em 31.12.2016). Esse ajuste, líquido dos efeitos tributários, corresponde a (R\$ 285.252) ((R\$ 382.872) em 31.12.2016).

**a.3) Títulos Mantidos até o Vencimento**

Especificação	30.09.2017							
	Faixa de Vencimento					Valor de Custo (Contábil)	Valor de Mercado <sup>(1)</sup>	Faixa de Vencimento
	Sem Vencimento	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
<b>Títulos de Renda Fixa</b>	-	-	-	-	-	<b>196.280</b>	<b>139.708</b>	
Notas do Tesouro Nacional NTN - P	-	-	-	-	164.366	164.366	107.794	2030
Cotas Fundo Investimento Criatec	-	-	11.046	-	-	11.046	11.046	2017
Cotas Fundo Investimento Criatec II	-	-	-	-	9.688	9.688	9.688	2023
Cotas Fundo Investimento Criatec III	-	-	-	-	456	456	456	2025
FIP Brasil Agronegócios	-	-	10.273	-	-	10.273	10.276	2018
Nordeste III FIP	-	-	-	-	451	451	451	2022
<b>Total da Categoria</b>	-	-	<b>21.319</b>	-	<b>174.961</b>	<b>196.280</b>	<b>138.708</b>	

Especificação	31.12.2016							
	Faixa de Vencimento					Valor de Custo (Contábil)	Valor de Mercado <sup>(1)</sup>	Faixa de Vencimento
	Sem Vencimento	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
<b>Títulos de Renda Fixa</b>	-	-	-	<b>10.676</b>	<b>175.548</b>	<b>186.224</b>	<b>144.981</b>	
Notas do Tesouro Nacional NTN - P	-	-	-	-	156.328	156.328	115.085	2030
Cotas Fundo Investimento Criatec	-	-	-	10.676	-	10.676	10.676	2017
Cotas Fundo Investimento Criatec II	-	-	-	-	8.366	8.366	8.366	2023
Cotas Fundo Investimento Criatec III	-	-	-	-	438	438	438	2025
FIP Brasil Agronegócios	-	-	-	-	10.237	10.237	10.237	2018
Nordeste III FIP	-	-	-	-	179	179	179	2022
<b>Total da Categoria</b>	-	-	-	<b>10.676</b>	<b>175.548</b>	<b>186.224</b>	<b>144.981</b>	

<sup>(1)</sup> Os valores de mercado indicados são de caráter meramente explicativos, para os quais não houve qualquer registro contábil, conforme Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

## Notas Explicativas

a.4) No Período não foram efetuadas reclassificações dos títulos e valores mobiliários entre as categorias acima, como também não ocorreram alienações de títulos classificados na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento.

a.5) Para obtenção do valor de mercado são utilizados os critérios abaixo, obedecendo a seguinte ordem de prioridade:

1ª – preços de mercado divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) e B3 S.A (Brasil Bolsa Balcão);

2ª – ágio/deságio observado nas negociações ocorridas nos últimos 3 meses na B3 S.A.; e

3ª – cálculo do valor provável de realização, obtido com base em modelo de precificação próprio.

a.6) A administração do Banco declara que tem a capacidade financeira e a intenção de manter até às datas de vencimento os títulos classificados na categoria Mantidos até o Vencimento.

### b) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

Especificação	01.01 a 30.09.2017	01.01 a 30.09.2016
Aplicações no Mercado Aberto (Nota 6.b)	747.722	914.486
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 6.b)	6.338	-
Títulos de Renda Fixa	1.845.430	1.695.060
Títulos de Renda Variável	611	768
<b>Total</b>	<b>2.600.101</b>	<b>2.610.314</b>

### c) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

O Banco utiliza uma política conservadora no sentido de direcionar a aplicação de recursos em consonância com as condições de prazos e taxas estabelecidos pelas respectivas fontes desses recursos, de modo que os ativos e passivos tenham sempre prazos, taxas de juros e indexadores compatíveis, reduzindo a existência de descasamentos de qualquer natureza.

Na posição de 30.09.2017, o Banco possui operações de “swap”, que se encontram registradas na B3 S.A., estando o valor nominal dessas operações registrado em contas de compensação (valor notional) e o correspondente valor patrimonial nas contas “Diferencial a Pagar” e “Diferencial a Receber”, conforme apresentado nos quadros a seguir:

Composição em 30.09.2017								
Especificação	Valor Notional	Valor de Mercado		Valor da Curva		Ajuste a Mercado		Ajuste a Mercado Líquido
		Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Positivo	Negativo	
<b>Posição Ativa</b>								
Moeda Estrangeira (Dólar)	578.615	377.367	-	363.639	-	13.728	-	13.728
<b>Posição Passiva</b>								
Taxa Prefixada	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>578.615</b>	<b>377.367</b>	<b>-</b>	<b>363.639</b>	<b>-</b>	<b>13.728</b>	<b>-</b>	<b>13.728</b>
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)								5.491

Composição em 31.12.2016								
Especificação	Valor Notional	Valor de Mercado		Valor da Curva		Ajuste a Mercado		Ajuste a Mercado Líquido
		Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Positivo	Negativo	
<b>Posição Ativa</b>								
Moeda Estrangeira (Dólar)	578.615	403.488	-	392.844	-	10.644	-	10.644
<b>Posição Passiva</b>								
Taxa Prefixada	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>578.615</b>	<b>403.488</b>	<b>-</b>	<b>392.844</b>	<b>-</b>	<b>10.644</b>	<b>-</b>	<b>10.644</b>
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)								4.258

## Notas Explicativas

Especificação	30.09.2017		31.12.2016	
	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
Até 3 meses	-	-	-	-
3 a 12 meses	-	-	-	-
1 a 3 anos	377.367	-	403.488	-
3 a 5 anos	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>377.367</b>	<b>-</b>	<b>403.488</b>	<b>-</b>

### c.1) Instrumentos Financeiros Derivativos classificados como *Hedge* de Risco de Mercado (*Hedge Accounting*)

Especificação	30.09.2017				Ajuste a Valor de Mercado
	Valor da Curva		Valor de Mercado		
Instrumentos de <i>Hedge</i>	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI	
<i>Swap - Moeda Estrangeira – Posição Ativa</i>	967.263	603.624	980.991	603.624	13.728
Item Objeto de <i>Hedge</i>	Valor da Curva <sup>(1)</sup>		Valor de Mercado <sup>(1)</sup>		Ajuste a Valor de Mercado
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i>	967.494		980.994		13.500
Crédito Tributário (Nota 21.b)					5.400

<sup>(1)</sup>Liquido dos efeitos dos tributos incidentes na fonte, no valor de R\$ 2.442, sobre os juros da operação.

Especificação	31.12.2016				Ajuste a Valor de Mercado
	Valor da Curva		Valor de Mercado		
Instrumentos de <i>Hedge</i>	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI	
<i>Swap - Moeda Estrangeira – Posição Ativa</i>	984.503	591.659	995.147	591.659	10.644
Item Objeto de <i>Hedge</i>	Valor da Curva <sup>(1)</sup>		Valor de Mercado <sup>(1)</sup>		Ajuste a Valor de Mercado
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i>	984.622		995.151		10.529
Crédito Tributário (Nota 21.b)					4.211

<sup>(1)</sup>Liquido dos efeitos dos tributos incidentes na fonte, no valor de R\$ 969, sobre os juros da operação.

As operações com instrumentos financeiros derivativos destinadas ao hedge foram avaliadas como efetiva na forma da Circular Bacen nº 3.082, de 30.01.2002, com base nos fluxos financeiros (principal e juros) do item objeto de *hedge*, *Eurobonds – Senior Unsecured Notes*, e dos instrumentos de *hedge* (contratos de *swap*).

### d) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

Especificação	01.01 a 30.09.2017	01.01 a 30.09.2016
<i>Swap</i>	(43.914)	(216.751)
<b>Total</b>	<b>(43.914)</b>	<b>(216.751)</b>

## Notas Explicativas

### NOTA 8 – Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados

#### a) Créditos Vinculados

Especificação	30.09.2017			31.12.2016		
	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido
Recolhimentos Obrigatórios	507.735	-	507.735	122.735	-	122.735
Reservas Compulsórias - Recursos à Vista	154.687	-	154.687	95.600	-	95.600
Sistema Financeiro da Habitação (SFH)	73.846	(7.684)	66.162	70.580	(4.511)	66.069
Tesouro Nacional – Crédito Rural	-	-	-	651	(645)	6
<b>Total</b>	<b>736.268</b>	<b>(7.684)</b>	<b>728.584</b>	<b>289.566</b>	<b>(5.156)</b>	<b>284.410</b>
Saldo de Curto Prazo	662.422	-	662.422	218.341	(6)	218.335
Saldo de Longo Prazo	73.846	(7.684)	66.162	71.225	(5.150)	66.075

#### b) Resultado de Aplicações Compulsórias

Especificação	01.01 a 30.09.2017	01.01 a 30.09.2016
Rendas de Créditos Vinculados ao Banco Central	15.458	5.357
Rendas de Créditos Vinculados ao SFH	3.266	3.870
Rendas de Créditos Vinculados ao Crédito Rural	33	53
Valorização (Desvalorização) de Créditos Vinculados	(2.494)	23.274
<b>Total</b>	<b>16.263</b>	<b>32.554</b>

### NOTA 9 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas

#### a) Carteira de Crédito e Provisão para Operações de Crédito

Especificação	30.09.2017		31.12.2016	
	Valor Bruto	Provisão	Valor Bruto	Provisão
<b>Operações de Crédito</b>	<b>10.224.656</b>	<b>(1.041.170)</b>	<b>12.373.957</b>	<b>(1.235.550)</b>
Curto Prazo	4.589.631	(514.043)	5.322.670	(548.029)
Longo Prazo	5.635.025	(527.127)	7.051.287	(687.521)
<b>Outras Rubricas com Características de Crédito</b>	<b>504.940</b>	<b>(70.998)</b>	<b>619.979</b>	<b>(195.538)</b>
Curto Prazo	502.999	(70.998)	616.758	(195.538)
Longo Prazo	1.941	-	3.221	-
<b>Total</b>	<b>10.729.596</b>	<b>(1.112.168)</b>	<b>12.993.936</b>	<b>(1.431.088)</b>

#### a.1) Composição da Carteira de Crédito

Especificação	30.09.2017	31.12.2016
Adiantamentos a Depositantes	281	441
Empréstimos	4.651.509	5.313.172
Títulos Descontados	36.387	49.836
Financiamentos	2.060.290	2.412.656
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	43.168	62.423
Refinanciamentos de Operações com o Governo Federal (Nota 28.a.1)	-	552.221
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	1.531.483	1.872.488
Financiamentos Imobiliários <sup>(1)</sup>	243	243
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	1.901.295	2.110.477
<b>Subtotal de Operações de Crédito</b>	<b>10.224.656</b>	<b>12.373.957</b>
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	11.270	38.950
Devedores por Compra de Valores e Bens	502	3.172
Títulos e Créditos a Receber (Nota 9.a.1)	110.524	70.841
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio <sup>(2)</sup> (Nota 11.a)	382.644	507.016
<b>Subtotal de Outras Rubricas com Características de Crédito</b>	<b>504.940</b>	<b>619.979</b>
<b>Total</b>	<b>10.729.596</b>	<b>12.993.936</b>

<sup>(1)</sup> Referem-se a operações contratadas antes do encerramento das atividades com Financiamento Imobiliário.

<sup>(2)</sup> Contas classificadas como "Outras Obrigações/Carteira de Câmbio".

#### a.2) Receitas de Operações de Crédito

Especificação	01.01 a 30.09.2017	01.01 a 30.09.2016
Empréstimos e Títulos Descontados	748.075	849.849
Financiamentos	438.433	443.876
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	155.857	164.521
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	99.740	60.662
Outros Valores	3	118
<b>Total</b>	<b>1.442.108</b>	<b>1.519.026</b>

## Notas Explicativas

### b) Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento

#### b.1) Créditos de Curso Normal <sup>(1)</sup>

Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 30.09.2017	Total em 31.12.2016
Rural	23.593	1.266	8.015	5.527	4.196	1.446.257	1.488.854	1.780.128
Indústria	55.480	62.404	55.220	106.597	233.989	1.735.836	2.249.526	2.653.134
Governo	15.983	9.277	9.277	48.048	55.661	542.317	680.563	1.380.519
Outros Serviços	108.415	141.839	96.892	257.794	278.529	1.141.881	2.025.350	2.471.145
Comércio	709.392	598.454	489.513	789.486	325.317	497.537	3.409.699	3.773.594
Intermediários Financeiros	45	27	26	76	152	610	936	207
Habitação	76	36	26	67	116	430	751	672
Pessoas Físicas	26.801	11.619	8.471	12.487	16.059	15.847	91.284	94.793
<b>Total 30.09.2017</b>	<b>939.785</b>	<b>824.922</b>	<b>667.440</b>	<b>1.220.082</b>	<b>914.019</b>	<b>5.380.715</b>	<b>9.946.963</b>	
<b>Total 31.12.2016</b>	<b>1.040.815</b>	<b>896.071</b>	<b>737.381</b>	<b>1.553.234</b>	<b>1.141.093</b>	<b>6.785.598</b>		<b>12.154.192</b>

<sup>(1)</sup> Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

#### b.2) Créditos em Atraso

Tipo Cliente/Atividade	Parcelas Vincendas						Total em 30.09.2017	Total em 31.12.2016
	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Rural	294	6	113	137	544	1.421	2.515	36.609
Indústria	4.080	4.185	4.696	12.576	24.549	96.855	146.941	118.231
Outros Serviços	5.886	5.654	6.960	14.385	27.671	85.974	146.530	137.527
Comércio	11.289	12.461	10.277	22.925	31.112	71.570	159.634	220.678
Intermediários Financeiros	-	-	-	1	3	5	9	19
Pessoas Físicas	214	254	257	656	940	1.748	4.069	3.635
<b>Total 30.09.2017</b>	<b>21.763</b>	<b>22.560</b>	<b>22.303</b>	<b>50.680</b>	<b>84.819</b>	<b>257.573</b>	<b>459.698</b>	
<b>Total 31.12.2016</b>	<b>29.875</b>	<b>27.780</b>	<b>24.269</b>	<b>62.434</b>	<b>104.396</b>	<b>267.945</b>		<b>516.699</b>

Tipo Cliente/Atividade	Parcelas Vincendas							Total em 30.09.2017	Total em 31.12.2016
	01 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Rural	-	77	360	5.415	705	1.026	42.820	50.403	52.671
Indústria	762	4.107	5.172	4.262	11.525	9.404	66	35.298	36.110
Outros Serviços	2.498	3.312	6.587	5.037	76.696	13.377	268	107.775	73.492
Comércio	2.809	9.956	13.169	11.008	33.479	45.426	526	116.373	143.418
Intermediários Financeiros	-	-	-	-	4	39	-	43	2
Habitação	-	-	21	-	5	121	-	147	396
Pessoas Físicas	67	892	1.155	1.314	3.227	5.981	260	12.896	16.956
<b>Total 30.09.2017</b>	<b>6.136</b>	<b>18.344</b>	<b>26.464</b>	<b>27.036</b>	<b>125.641</b>	<b>75.374</b>	<b>43.940<sup>(1)</sup></b>	<b>322.935</b>	
<b>Total 31.12.2016</b>	<b>8.312</b>	<b>20.602</b>	<b>36.118</b>	<b>30.854</b>	<b>86.129</b>	<b>94.875</b>	<b>46.155</b>		<b>323.045</b>

<sup>(1)</sup> Incluem os valores referentes as operações de crédito contratadas com base na Resolução CMN nº 2.471, de 26.02.1998.

## Notas Explicativas

## c) Composição das Operações por Níveis de Risco

Nível de Risco	30.09.2017				31.12.2016			
	Crédito Normal <sup>(1)</sup>	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão	Crédito Normal <sup>(1)</sup>	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão
AA	3.844.694	-	3.844.694	-	5.269.455	-	5.269.455	-
A	3.961.337	-	3.961.337	(19.807)	3.796.590	-	3.796.590	(18.983)
B	1.030.836	40.898	1.071.734	(10.717)	792.390	45.384	837.774	(8.378)
C	86.861	38.133	124.994	(3.750)	657.005	51.108	708.113	(21.243)
D	390.770	48.041	438.811	(43.881)	712.588	43.742	756.330	(75.633)
E	74.213	47.706	121.919	(36.576)	185.810	92.886	278.696	(83.609)
F	96.017	152.995	249.012	(124.506)	22.255	118.838	141.093	(70.546)
G	96.101	51.111	147.212	(103.048)	110.218	67.075	177.293	(124.104)
H	366.134	403.749	769.883	(769.883)	607.881	420.711	1.028.592	(1.028.592) <sup>(2)</sup>
<b>Total</b>	<b>9.946.963</b>	<b>782.633</b>	<b>10.729.596</b>	<b>(1.112.168)</b>	<b>12.154.192</b>	<b>839.744</b>	<b>12.993.936</b>	<b>(1.431.088)</b>

<sup>(1)</sup> Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

<sup>(2)</sup> Incluem as provisões para fazer face ao risco do Banco em operações de crédito com indícios de irregularidades no importe de R\$ 230

## d) Movimentação da Provisão no Período

Especificação	30.09.2017	31.12.2016
Saldo Inicial da Provisão para Perdas da Carteira de Crédito	1.431.088	1.127.873
(+) Constituição/(Reversão) de Provisão no Período	517.739	791.974
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Período	(836.659)	(488.759)
<b>(=) Provisão Líquida para Perdas da Carteira de Crédito</b>	<b>1.112.168</b>	<b>1.431.088</b>
Saldo Inicial da Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	28.824	46.804
(+) Constituição de Provisão no Período	586	230
(-) Reversão de Provisão no Período	(2.387)	(18.210)
<b>(=) Provisão Líquida para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito (Nota 10.e)</b>	<b>27.023</b>	<b>28.824</b>
<b>(=) Saldo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa</b>	<b>1.139.191</b>	<b>1.459.912</b>

## e) Composição do Saldo da Despesa de Provisão

Especificação	01.01 a 30.09.2017	01.01 a 30.09.2016
(+) Constituição/(Reversão) de Provisão para Operações de Crédito	425.011	560.982
(+) Constituição/(Reversão) de Provisão para Outros Créditos	92.728	16.491
<b>(=) Saldo da Despesa de Provisão para Operações com Características de Concessão de Crédito</b>	<b>517.739</b>	<b>577.473</b>
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	549	208
(-) Reversões de Provisões para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	(2.354)	(82)
<b>(=) Saldo da Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa</b>	<b>515.934</b>	<b>577.599</b>

## f) Garantias Financeiras Prestadas

Especificação	30.09.2017		31.12.2016	
	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
Vinculados ao Comércio Internacional de Mercadorias	(2.336)	-	(1.822)	-
Outras Fianças Bancárias	(450)	-	-	-
<b>Setor Público</b>	<b>(21.106.531)</b>	<b>3.255.624</b>	<b>(21.050.079)</b>	<b>3.229.912</b>
FDNE	(125.631)	692	(119.260)	604
FNE	(20.980.900)	3.254.932	(20.930.819)	3.229.308
Proagro	(399)	6	(4.844)	1.088

## g) Concentração de Crédito

Especificação	30.09.2017		31.12.2016	
	Saldo	% da Carteira	Saldo	% da Carteira
10 Maiores devedores	1.999.554	18,64	2.643.611	20,34
50 maiores devedores	4.043.190	37,68	4.948.296	38,08
100 maiores devedores	4.663.182	43,46	5.729.029	44,09

h) Até o terceiro trimestre de 2017, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 99.740 (R\$ 60.662 em 30.09.2016) e as renegociações totalizaram R\$ 586.262 (R\$ 995.941 em 30.09.2016).

## Notas Explicativas

### NOTA 10 – Outros Créditos

Especificação	30.09.2017	31.12.2016
<b>a) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)</b>	<b>397.441</b>	<b>612.278</b>
<b>b) Rendas a Receber</b>	<b>16.025</b>	<b>13.921</b>
<b>c) Negociação e Intermediação de Valores</b>	<b>12</b>	<b>12</b>
<b>d) Diversos</b>	<b>3.753.051</b>	<b>3.748.539</b>
Créditos Tributários - Provisões (Nota 21.b)	2.105.755	2.132.416
Créditos Tributários-TVM, Instrumentos Financeiros Derivativos e item objeto de <i>Hedge</i> (Notas 7.a.2, 7.c e 21.b)	276.606	289.022
Devedores por Depósitos em Garantia	757.526	692.167
Impostos e Contribuições a Compensar	67.475	303.112
Opções por Incentivos Fiscais	26.748	26.748
Títulos e Créditos a Receber (Nota 9.a.1)	110.524	70.841
Adiantamentos e Antecipações Salariais	35.055	2.446
Pagamentos a Ressarcir	13.508	17.802
Outros Valores	359.854	213.985
<b>e) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa</b>	<b>(98.021)</b>	<b>(224.362)</b>
Com Características de Concessão de Crédito (Nota 9.a)	(70.998)	(195.538)
Sem Características de Concessão de Crédito (Nota 9.d)	(27.023)	(28.824)
<b>Total</b>	<b>4.068.508</b>	<b>4.150.388</b>
Saldo de Curto Prazo	1.752.621	2.257.019
Saldo de Longo Prazo	2.315.887	1.893.369

### NOTA 11 – Carteira de Câmbio

#### a) Composição

Especificação	30.09.2017	31.12.2016
<b>Ativo – Outros Créditos (Nota 10.a)</b>	<b>397.441</b>	<b>612.278</b>
Câmbio Comprado a Liquidar	383.432	570.689
Direitos sobre Vendas de Câmbio	2.897	2.639
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(158)	-
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	11.270	38.950
<b>Ativo Circulante (Nota 10.a)</b>	<b>397.441</b>	<b>612.278</b>
<b>Passivo – Outras Obrigações (Nota 16.b)</b>	<b>3.873</b>	<b>4.022</b>
Obrigações por Compras de Câmbio	383.626	508.389
Câmbio Vendido a Liquidar	2.891	2.649
(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio) (Nota 9.a.1)	(382.644)	(507.016)
<b>Passivo Circulante (Nota 16.b)</b>	<b>3.873</b>	<b>4.022</b>

#### b) Resultado de Câmbio

Especificação	01.01 a 30.09.2017	01.01 a 30.09.2016
Rendas de Câmbio	80.848	66.687
Despesas de Câmbio	(600)	(1.161)
<b>Total</b>	<b>80.248</b>	<b>65.526</b>

NOTA 12 – Permanente

a) Investimentos

Especificação	31.12.2016	01.01.2017 a 30.09.2017			30.09.2017	
	Saldo Contábil	Movimentações		Saldo Contábil	Valor de Custo	Saldo Contábil
		Adições	Exclusões			
Ações e Cotas	652	-	-	652	652	652
Bens Artísticos e Valiosos	1.257	3	-	1.260	1.260	1.260
<b>Total</b>	<b>1.909</b>	<b>3</b>	<b>-</b>	<b>1.912</b>	<b>1.912</b>	<b>1.912</b>

b) Imobilizado

Especificação	31.12.2016	01.01.2017 a 30.09.2017			30.09.2017			
	Saldo Contábil	Movimentações			Saldo Contábil	Valor de Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Contábil
		Adições	Exclusões	Depreciação				
Edificações	82.859	594	(422)	(7.672)	75.359	259.308	(183.949)	75.359
Sistema de Processamento de Dados	46.757	12.693	(5.732)	(15.511)	38.207	150.135	(111.928)	38.207
Móveis e Equipamentos de Uso	29.126	3.994	(526)	(4.072)	28.522	76.947	(48.425)	28.522
Terrenos	17.631	(55)			17.576	17.576		17.576
Instalações	5.536	45	(12)	(875)	4.694	19.171	(14.477)	4.694
Sistema de Comunicação	43	24	(11)	(10)	46	274	(228)	46
Sistema de Segurança	7.760	439	(242)	(984)	6.973	18.894	(11.921)	6.973
Sistema de Transporte	3.045	0	(1)	(1.053)	1.991	14.337	(12.346)	1.991
<b>Total</b>	<b>192.757</b>	<b>17.734</b>	<b>(6.946)</b>	<b>(30.177)</b>	<b>173.368</b>	<b>556.642</b>	<b>(383.274)</b>	<b>173.368</b>

c) Intangível

Especificação	31.12.2016	01.01.2017 a 30.09.2017			30.09.2017		
	Saldo Contábil	Movimentações			Saldo Contábil	Valor de Custo	Saldo Contábil
		Adições	Exclusões	Amortização			
Gastos com Intangíveis em Elaboração	19.385	-	-	-	19.385	19.385	19.385
Intangíveis em uso	518	-	-	-	518	-	518
<b>Total</b>	<b>19.903</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>19.903</b>	<b>19.903</b>	<b>19.903</b>

Em 30.09.2017 e 31.12.2016, não houve registro de impairment sobre o Ativo Permanente.

**NOTA 13 – Depósitos, Captação no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas**

**a) Distribuição dos Depósitos, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas, por Faixa de Vencimento**

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 Anos	Acima de 15 anos	Total em 30.09.2017	Total em 31.12.2016
<b>Depósitos a Vista</b>	<b>324.261</b>	-	-	-	-	-	<b>324.261</b>	<b>345.990</b>
Depósitos a Vista	324.261						324.261	345.990
<b>Depósitos de Poupança</b>	<b>2.103.102</b>	-	-	-	-	-	<b>2.103.102</b>	<b>2.113.346</b>
Depósitos Interfinanceiros	971.670	549.469	57.481	-	-	-	1.578.620	1.198.845
<b>Depósitos a Prazo</b>	<b>1.188.461</b>	<b>477.715</b>	<b>3.506.295</b>	<b>1.032.604</b>	<b>1.162.287</b>	<b>24.222</b>	<b>7.391.584</b>	<b>6.949.139</b>
Depósitos a Prazo	613.343	448.884	3.007.690	924.040	1.040.754	24.222	6.058.933	5.517.628
Depósitos Judiciais com Remuneração	563.192	-	-	-	-	-	563.192	520.393
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei nº 8.167	-	-	424.998	58.248	58.249	-	541.495	655.578
FAT- Recursos Disponíveis	3.756	7.025	15.806	10.804	7.981	-	45.372	28.279
FAT- Recursos Aplicados	8.170	21.776	57.801	39.512	29.189	-	156.448	226.701
Outros	-	30	-	-	26.114	-	26.144	560
<b>Recursos de Aceites e Emissão de Títulos</b>	<b>62.199</b>	<b>140.997</b>	<b>964.581</b>	-	-	-	<b>1.167.777</b>	<b>1.298.870</b>
Eurobonds	-	19.536	963.901	-	-	-	983.437	996.135
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)	62.199	121.461	680	-	-	-	184.340	302.735
<b>Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital</b>	-	-	-	-	-	<b>1.000.000</b>	<b>1.000.000</b>	<b>1.000.000</b>
<b>Dívidas Subordinadas</b>	-	-	-	-	-	<b>2.165.433</b>	<b>2.165.433</b>	<b>2.012.874</b>
<b>Total em 30.09.2017</b>	<b>4.649.693</b>	<b>1.168.181</b>	<b>4.528.357</b>	<b>1.032.604</b>	<b>1.162.287</b>	<b>3.189.655</b>	<b>15.730.777</b>	
<b>Total em 31.12.2016</b>	<b>4.566.724</b>	<b>1.692.987</b>	<b>2.484.369</b>	<b>1.897.418</b>	<b>1.240.489</b>	<b>3.037.077</b>		<b>14.919.064</b>

## Notas Explicativas

## b) Depósitos

Especificação	30.09.2017	31.12.2016
<b>Depósitos a Vista</b>	<b>324.261</b>	<b>345.990</b>
Depósitos de Governos	13.247	13.196
Depósitos Vinculados	135.601	180.732
Pessoas Jurídicas	141.564	114.855
Pessoas Físicas	33.265	35.462
Outros Valores	584	1.745
<b>Depósitos de Poupança</b>	<b>2.103.102</b>	<b>2.113.346</b>
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Físicas	1.410.059	1.359.437
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Jurídicas	692.316	753.097
De Ligadas e de Instituições do Sistema Financeiro	727	812
<b>Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>1.578.620</b>	<b>1.198.845</b>
<b>Depósitos a Prazo</b>	<b>6.622.125</b>	<b>6.949.139</b>
Depósitos a Prazo	6.058.933	5.517.628
Depósitos Judiciais com Remuneração	563.192	520.393
<b>Outros Depósitos a Prazo</b>	<b>769.459</b>	<b>911.118</b>
<b>Depósitos Especiais com Remuneração/FAT (Nota 26 e Nota 28)</b>	<b>201.820</b>	<b>254.980</b>
<b>Recursos Disponíveis (Nota 26)</b>	<b>45.372</b>	<b>28.279</b>
Proger Urbano	1.168	1.709
Protrabalho	10.949	709
Infraestrutura	17.727	22.297
PNMPO	15.528	3.564
<b>Recursos Aplicados (Nota 26)</b>	<b>156.448</b>	<b>226.701</b>
Proger Urbano	10.967	12.717
Protrabalho	44.719	63.802
Infraestrutura	34.236	60.055
PNMPO	66.526	90.127
<b>Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos (Lei nº 8.167/91)</b>	<b>541.495</b>	<b>655.578</b>
<b>Outros Valores</b>	<b>26.144</b>	<b>560</b>
<b>Total</b>	<b>11.397.567</b>	<b>10.607.320</b>
Saldo de Curto Prazo	5.640.750	5.949.100
Saldo de Longo Prazo	5.756.817	4.658.220

## c) Captação no Mercado Aberto

Especificação	30.09.2017	31.12.2016
<b>Carteira Própria</b>	<b>938.306</b>	<b>899.357</b>
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	938.306	899.357
<b>Carteira de Terceiros</b>	<b>103.785</b>	<b>70.280</b>
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	103.785	-
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	-	70.280
<b>Total</b>	<b>1.042.091</b>	<b>969.638</b>
Saldo de Curto Prazo	1.039.099	966.859
Saldo de Longo Prazo	2.992	2.778

## d) Despesa de Captação no Mercado

Especificação	01.01 a 30.09.2017	01.01 a 30.09.2016
<b>Despesas de Captações</b>	<b>(795.176)</b>	<b>(914.928)</b>
Depósitos a Prazo	(446.294)	(535.870)
Depósitos de Poupança	(76.580)	(84.656)
Depósitos Judiciais	(37.056)	(49.236)
Depósitos Interfinanceiros	(35.973)	(40.257)
Depósitos Especiais	(53.121)	(66.729)
Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	(136.674)	(129.330)
Outros Depósitos	(9.478)	(8.850)
<b>Despesas de Captação no Mercado Aberto</b>	<b>(76.657)</b>	<b>(147.738)</b>
Carteira de Terceiros	(5.686)	(6.971)
Carteira Própria	(70.971)	(140.767)
<b>Total</b>	<b>(871.833)</b>	<b>(1.062.666)</b>

## Notas Explicativas

## NOTA 14 – Obrigações por Empréstimos e Repasses

## a) Distribuição das Obrigações por Empréstimos e Repasses por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 30.09.2017	Total em 31.12.2016
Empréstimos no Exterior	139.265	319.716	-	-	-	-	458.981	637.742
Repasses do País	49.071	118.536	344.614	356.485	589.466	106.924	1.565.096	1.669.248
Repasses do Exterior	49.062	88.534	202.037	203.756	111.102	-	654.491	764.276
<b>Total em 30.09.2017</b>	<b>237.398</b>	<b>526.786</b>	<b>546.651</b>	<b>560.241</b>	<b>700.568</b>	<b>106.924</b>	<b>2.678.568</b>	
<b>Total em 31.12.2016</b>	<b>351.598</b>	<b>578.445</b>	<b>571.165</b>	<b>617.310</b>	<b>767.832</b>	<b>184.916</b>		<b>3.071.266</b>

## b) Obrigações por Empréstimos

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.09.2017	31.12.2016
Empréstimos no Exterior/Obrigações em Moedas Estrangeiras	USD	458.981	637.742
<b>Total</b>		<b>458.981</b>	<b>637.742</b>
Saldo de Curto Prazo		458.981	637.742

## c) Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.09.2017	31.12.2016
<b>Tesouro Nacional</b>	IGP-DI + 2,00	<b>443</b>	<b>451</b>
<b>BNDES</b>		<b>1.467.444</b>	<b>1.552.591</b>
Programa de Operações Conjuntas (POC)	Pré 1,5 a 10,50/TJLP + 0,00 a 4,00/IPC + 9,41/Variação Cambial + 2,00 a 4,00	1.086.312	1.158.948
Linha de Crédito para Investimento no Setor Agrícola		381.132	393.643
<b>Finame</b>		<b>97.209</b>	<b>116.206</b>
Programa Automático	Pré 1,5 a 7,00/TJLP + 0,00 a 4,00/Variação Cambial + 2,00 a 4,00	75.698	94.315
Programa Agrícola		21.511	21.891
<b>Total (Nota 28.a.1)</b>		<b>1.565.096</b>	<b>1.669.248</b>
Saldo de Curto Prazo		167.607	150.737
Saldo de Longo Prazo		1.397.489	1.518.511

## d) Obrigações por Repasses do Exterior

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.09.2017	31.12.2016
BID-Prodetur I	USD + 4,58	232.425	283.715
BID-Prodetur II	USD + 2,25	416.413	473.742
BID-Outros Programas	USD + 2,25	5.653	6.819
<b>Total</b>		<b>654.491</b>	<b>764.276</b>
Saldo de Curto Prazo		137.596	141.564
Saldo de Longo Prazo		516.895	622.712

## e) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

Especificação	01.01. a 30.09.2017	01.01. a 30.09.2016
<b>Despesas de Obrigações por Repasses</b>	<b>(152.967)</b>	<b>(150.963)</b>
<b>Obrigações por Repasse Instituições Oficiais no País</b>	<b>(81.917)</b>	<b>(122.002)</b>
Tesouro Nacional	(1)	(22)
BNDES	(79.826)	(117.659)
Finame	(2.090)	(4.321)
<b>Despesas de Repasses do Exterior</b>	<b>(71.050)</b>	<b>(28.961)</b>
<b>Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior</b>	<b>(57.088)</b>	<b>(22.581)</b>
<b>Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento</b>	<b>(1.452.844)</b>	<b>(1.282.275)</b>
<b>Total</b>	<b>(1.662.899)</b>	<b>(1.455.819)</b>

## Notas Explicativas

## NOTA 15 – Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

## a) Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior

Especificação	Data de Captação	Vencimento	Remuneração o a.a. (%)	Valor Contratual em milhares de US\$	Valor Contratual em 30.09.2017 <sup>(2)</sup>	Valor de Mercado em 30.09.2017 <sup>(2)</sup>	Valor de Mercado em 31.12.2016 <sup>(2)</sup>
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i> <sup>(1)</sup>	03.05.2012	03.05.2019	4,375	300.000	969.936	983.437	996.135
<b>Total</b>						<b>983.437</b>	<b>996.135</b>
Saldo de Curto Prazo						19.536	7.876
Saldo de Longo Prazo						963.901	988.259

<sup>(1)</sup> As notas não possuem amortizações intermediárias, com o principal sendo liquidado no vencimento da operação. O pagamento dos juros das notas é semestral.

<sup>(2)</sup> Considerando os efeitos tributários.

Conforme Nota 7.c.1, as operações de *swap* realizadas com o intuito de proteger as variações de mercado do passivo em dólar, gerado pelas captações de títulos no exterior, foram enquadradas como operações de *hedge accounting* e por isso os saldos das obrigações estão ajustados ao valor de mercado.

## b) Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) Emitidas

Especificação	Remuneração a.a. (%)	Valor Nominal	30.09.2017	31.12.2016
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) <sup>(1)</sup>	81,13 CDI	175.543	184.340	302.735
Saldo de Curto Prazo			183.660	302.735
Saldo de Longo Prazo			680	-

<sup>(1)</sup> Título com prazo médio de vencimento de 128 dias.

## NOTA 16 – Outras Obrigações

Especificação	30.09.2017	31.12.2016
<b>a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados</b>	<b>11.570</b>	<b>2.547</b>
Recursos do Proagro	181	313
Recebimento de Tributos Federais	8.753	361
IOF a Recolher	843	1.439
Outros Tributos e Assemelhados	1.793	434
<b>b) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)</b>	<b>3.873</b>	<b>4.022</b>
<b>c) Sociais e Estatutárias</b>	<b>30.309</b>	<b>164.522</b>
Dividendos e Bonificações a Pagar	555	118.810
Participações nos Lucros	29.754	45.712
<b>d) Fiscais e Previdenciárias</b>	<b>275.393</b>	<b>618.741</b>
<b>Provisão para Riscos Fiscais</b> <sup>(1)</sup>	-	<b>64.902</b>
Impostos e Contribuições (Nota 22.f.1)	-	812
Causas Fiscais (Nota 22.f.1)	-	64.090
<b>Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos</b>	<b>193.335</b>	<b>129.346</b>
TVM e IFD (Nota 21.c)	76.652	24.928
Reavaliação sobre Edificações e Terrenos (Nota 21.c)	578	2.305
Decorrentes de Créditos Recuperados e Item Objeto de <i>Hedge</i> (Nota 21.c)	116.105	102.113
<b>Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 21.a.2)</b>	<b>25</b>	<b>335.687</b>
Imposto de Renda	25	181.602
Contribuição Social	-	154.085
<b>Impostos e Contribuições a Recolher/Pagar</b>	<b>82.033</b>	<b>88.806</b>
<b>e) Negociação e Intermediação de Valores</b>	<b>153</b>	<b>153</b>
<b>f) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento</b>	<b>22.758.928</b>	<b>17.637.800</b>
FNE (Nota 28.a.1)	21.819.567	16.674.513
Outros Valores	939.361	963.287
<b>g) Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 17 e Nota 28.a.1)</b>	<b>1.000.000</b>	<b>1.000.000</b>
<b>h) Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 18 e Nota 28.a.1)</b>	<b>2.165.433</b>	<b>2.012.874</b>
<b>i) Diversas</b>	<b>6.000.560</b>	<b>5.563.107</b>
<b>Provisão para Contingências</b>	<b>310.949</b>	<b>339.891</b>
Trabalhistas (Nota 22.f.1.ii)	165.715	172.866
Cíveis (Nota 22.f.1.iii)	121.815	166.126
Outras (Nota 22.f.1.iv)	4.112	899
Fiscais (Nota 22.f.1.i)	19.307	-
<b>Provisão para Garantias Financeiras Prestadas</b>	<b>3.305.048</b>	<b>3.241.673</b>
<b>FNE (Nota 22.f.2.i)</b>	<b>3.254.932</b>	<b>3.229.308</b>
Repasses	1.167	1.128
Risco Integral BNB	129.484	145.238
Risco Compartilhado	3.124.281	3.082.942
FDNE (Nota 22.f.2.ii)	692	604
Proagro (Nota 22.f.2.iii)	6	1.088
Dividendos e JCP	38.689	-

## Notas Explicativas

Outros Passivos Contingentes	10.729	10.673
<b>Passivos Atuariais</b>	<b>1.629.632</b>	<b>1.287.567</b>
Plano de Aposentadoria e Pensão BD (Notas 24.b e 28.a.2)	372.708	363.118
Plano de Assistência Médica (Notas 24.b e 28.a.2)	1.132.004	807.550
Seguro de Vida – Benefício Pós-Emprego (Notas 24.b e 28.a.2)	124.920	116.899
<b>Provisão para Pagamentos a Efetuar</b>	<b>437.812</b>	<b>441.447</b>
Despesa de Pessoal	258.158	181.576
Outros Valores	79.860	55.007
Encargos Remuneratórios de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	99.794	204.864
<b>Outros Valores</b>	<b>317.119</b>	<b>252.529</b>
<b>Total</b>	<b>32.246.219</b>	<b>27.003.766</b>
Saldo de Curto Prazo	12.152.460	8.372.512
Saldo de Longo Prazo	20.093.759	18.631.254

<sup>(1)</sup>reclassificada para Provisão para Contingências Fiscais, conforme Carta-Circular Bacen nº 3.782, de 19.09.2016.

### NOTA 17 – Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal (IECP)

Em 19.01.2016, o Banco e a União Federal celebraram contrato de mútuo, no valor de R\$ 1.000.000, para fins de enquadramento como instrumento elegível ao capital principal, nos termos previstos no artigo 16 da Resolução nº 4.192, de 01.03.2013, alterada pela Resolução nº 4.278, de 31.12.2013 e pela Resolução nº 4.311, de 20.02.2014, todas do CMN.

Os juros serão pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até trinta dias corridos contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

Caso o saldo de lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive reserva legal e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus prejuízos apurados quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nessa ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive na forma de juros sobre capital próprio), até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

A obrigação não possui data de vencimento e o resgate ou recompra somente poderão ser realizados pelo emissor, condicionado à prévia autorização do Bacen.

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	30.09.2017	31.12.2016
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Notas 16.g e 28.a.1)	1.000.000	Rentabilidade sobre PL	19.01.2016	1.000.000	1.000.000
Saldo de Longo Prazo				1.000.000	1.000.000

### NOTA 18 – Dívidas Subordinadas

Especificação	30.09.2017	31.12.2016
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) <sup>(1)</sup>	2.165.433	2.012.874
Recursos disponíveis	1.681.491	1.459.779
Recursos aplicados	483.942	553.095
<b>Total (Notas 16.h e 28.a.1)</b>	<b>2.165.433</b>	<b>2.012.874</b>

<sup>(1)</sup> São constituídas por duas operações de captações com o FNE nos montantes originais de R\$ 600.000 e R\$ 400.000 de, respectivamente, 20.07.2009 e 01.03.2010.

## Notas Explicativas

### NOTA 19 – Patrimônio Líquido

#### a) Capital Social

O Capital Social do Banco, no valor de R\$ 2.844.000 (R\$ 2.844.000 em 31.12.2016), é representado por 86.371.464 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, integralizadas, assim distribuídas:

Composição em 30.09.2017		
Acionistas	Quantidade das Ações	% do Capital
União Federal	44.049.447	51,00
BB FGEDUC Fundo de Investimento Multimercado	30.208.518	34,98
BB FGO Fundo de Investimento em Ações	6.221.350	7,20
Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND)	3.846.968	4,45
Outros	2.045.181	2,37
<b>Total</b>	<b>86.371.464</b>	<b>100,00</b>

Composição em 31.12.2016		
Acionistas	Quantidade das Ações	% do Capital
União Federal	44.049.447	51,00
BB FGEDUC Fundo de Investimento Multimercado	30.212.068	34,98
BB FGO Fundo de Investimento em Ações	6.225.200	7,21
Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND)	3.846.968	4,45
Outros	2.037.781	2,36
<b>Total</b>	<b>86.371.464</b>	<b>100,00</b>

#### b) Reserva de Reavaliação

O valor de R\$ 12.299 (R\$ 14.491 em 31.12.2016) refere-se ao saldo da reserva de reavaliação de bens de uso próprio, constituída em 26.02.1993. Referida reserva será mantida até a data de sua efetiva realização por depreciação, baixa ou alienação, consoante Resolução nº 3.565, de 29.05.2008, do CMN. No período houve transferência de R\$ 2.192 (R\$ 2.130 em 31.12.2016) para Lucros ou Prejuízos Acumulados.

#### c) Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) – 1º semestre de 2017

Por meio da Reunião do Conselho de Administração realizada em 08.08.2017, foi aprovado o pagamento antecipado de JCP imputados ao valor do dividendo, de 25,00% sobre o lucro líquido ajustado apurado no semestre, no valor de R\$ 69.020 (R\$ 53.847 em 30.06.2016). O referido benefício foi pago em 28.08.2017. O total dos JCP distribuídos sobre o lucro líquido apurado em 30.06.2017 proporcionou, na mesma posição, redução da despesa com encargos tributários no montante de R\$ 30.324 (R\$ 23.981 em 30.06.2016).

#### d) Pagamento de JCP do exercício de 2016

Por meio da Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária realizada em 24.03.2017, foi aprovada a distribuição de JCP complementares, referentes ao exercício findo em 31.12.2016, de R\$ 17.778. O pagamento dos JCP ocorreu em 11.04.2017.

#### e) Demonstrativo de cálculo dos JCP referentes ao período de nove meses:

Especificação	01.01. a 30.09.2017	01.01. a 30.09.2016
<b>1. Lucro Líquido do Período</b>	<b>466.299</b>	<b>172.767</b>
2. Reserva Legal calculada <sup>(1)</sup>	(23.315)	(8.638)
3. Ajustes Devedores em Lucros ou Prejuízos Acumulados	(16.657)	-
4. Reserva de Reavaliação transferida para Lucros ou Prejuízos Acumulados	2.192	1.598
5. Ajustes Credores em Lucros ou Prejuízos Acumulados	3.977	-
<b>6. Base de Cálculo dos Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio</b>	<b>432.496</b>	<b>165.727</b>
7. Juros sobre o Capital Próprio (JCP)	108.461	54.012
8. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP	(334)	(165)
9. JCP imputados aos dividendos (item 7 + item 8)	108.127	53.847

<sup>(1)</sup> A Reserva Legal é reconhecida a cada balanço patrimonial. O valor acima calculado destina-se à apuração da Base de Cálculo dos Dividendos e JCP

#### f) Reserva Legal

A Reserva Legal corresponde a 5% sobre o lucro líquido apurado no fechamento de cada semestre. No 1º semestre de 2017 foi de R\$ 14.902 (R\$ 11.278 em 30.06.2016).

#### g) Reserva Estatutária

A Reserva Estatutária representa o saldo remanescente do lucro líquido apurado no fechamento de cada semestre após a constituição da Reserva Legal e a distribuição de JCP/Dividendos. No 1º semestre de 2017, foi constituído o valor de R\$ 206.838 (R\$ 161.339 em 30.06.2016).

## Notas Explicativas

## h) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Especificação	30.09.2017	31.12.2016
Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para a Venda	97.620	134.788
Ganhos e Perdas Atuariais (Benefícios Pós-Emprego)	(325.579)	(172.871)
<b>Ajuste de Avaliação Patrimonial</b>	<b>(227.959)</b>	<b>(38.083)</b>

## NOTA 20 – Outras Receitas/Despesas Operacionais

Especificação	01.01. a 30.09.2017	01.01. a 30.09.2016
<b>a) Receitas de Prestação de Serviços</b>	<b>1.661.610</b>	<b>1.526.919</b>
Administração de Fundos de Investimentos	25.535	22.848
Administração de Fundos e Programas	1.334.573	1.234.924
Prestação de Serviços	301.502	269.147
<b>b) Rendas de Tarifas Bancárias</b>	<b>49.491</b>	<b>44.184</b>
<b>c) Despesas de Pessoal</b>	<b>(1.433.126)</b>	<b>(1.281.792)</b>
Proventos	(873.300)	(754.330)
Encargos Sociais	(292.732)	(278.185)
Plano de Aposentadoria e Pensão - Capef Planos BD e CV I	(74.432)	(63.206)
Plano de Assistência Médica - Camed Plano Natural	(69.087)	(73.914)
Seguro de Vida - Benefício Pós-Emprego	(7.393)	(3.561)
Benefícios, Treinamentos, Honorários e Remuneração de Estagiário	(116.182)	(108.596)
<b>d) Outras Despesas Administrativas</b>	<b>(916.295)</b>	<b>(836.057)</b>
Processamento de Dados	(186.250)	(159.414)
Propaganda e Publicidade	(14.982)	(4.489)
Serviços de Terceiros	(373.295)	(360.825)
Aluguéis, Material, Água, Energia e Gás	(59.629)	(55.611)
Viagens	(11.063)	(10.142)
Comunicações	(24.400)	(23.577)
Depreciação e Amortização	(30.178)	(31.738)
Manutenção e Conservação de Bens	(36.577)	(34.868)
Vigilância, Segurança e Transporte	(66.150)	(61.739)
Promoções, Relações Públicas e Publicações	(7.397)	(6.548)
Serviços do Sistema Financeiro	(26.734)	(23.867)
Serviços Técnicos Especializados	(22.652)	(20.210)
Seguros	(1.517)	(2.362)
Emolumento Judicial, Cartorário e Honorários Advocatórios	(33.185)	(28.960)
Contribuição Sindical Patronal e a Entidades Associativas	(1.566)	(1.755)
Condomínio, Copa, Cozinha e Alimentação	(4.546)	(4.171)
FUNDECI-Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	(3.000)	(1.000)
Outros Valores	(13.174)	(4.781)
<b>e) Despesas Tributárias (Nota 21.d)</b>	<b>(219.707)</b>	<b>(209.911)</b>
Contribuições ao Cofins e PIS/Pasep	(195.668)	(188.351)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(21.542)	(19.302)
Outros Valores	(2.497)	(2.258)
<b>f) Outras Receitas Operacionais</b>	<b>1.412.975</b>	<b>1.676.342</b>
"Del credere" de Fundos Administrados	964.722	941.678
Varição Cambial Negativa de Empréstimos Obtidos	135.036	345.376
Varição Cambial Negativa de Despesa de Captação	101.190	230.940
Varição Cambial Negativa de Fundo Financeiro de Desenvolvimento	5.423	12.115
Reversão de Provisões Operacionais/Riscos c/Op. do FNE	977	1
Reversão de Provisão de IR e CSLL	-	4.220
Reversão de Provisões Operacionais	71.624	299
Recuperação de Encargos e Despesas	4.276	36.835
Juros e Comissões	3.950	9.856
Correção Monetária	435	2.546
Resultado da Marcação a Mercado	6.965	22.138
FNE – Recuperação de Valores Honrados pelo Banco	78.031	35.140
Outros Valores	40.346	35.198
<b>g) Outras Despesas Operacionais</b>	<b>(1.070.980)</b>	<b>(1.591.566)</b>
Varição Cambial da Área de Câmbio	(1.612)	-
Varição Cambial Negativa de Empréstimos Concedidos	(142.141)	(368.937)
Atualização Monetária Negativa de Operações de Crédito	(44.128)	(46)
Descontos Concedidos em Renegociações	(32.333)	(1.062)
Encargos de Operações de Crédito	(13.817)	(2.573)
Riscos Fiscais	(4.933)	(16.258)
Riscos com Operações do FNE	(525.178)	(739.645)
Riscos com Operações do FDNE	(88)	(30)
Causas Trabalhistas	(17.477)	(61.987)
Causas Cíveis	(6.955)	(29.729)

## Notas Explicativas

Outras Causas	(4.260)	(130)
Outros Passivos Contingentes	-	(1.117)
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	-	(20.213)
Instrumentos de Dívida Elegível a Capital	(100.335)	(101.904)
Remuneração FNE Recursos Disponíveis - Lei 7.827 Art.9º-A	(114.943)	(120.979)
Remuneração FNE Recursos Aplicados - Lei 7.827 Art.9º-A	(37.617)	(42.779)
Outros Valores	(25.163)	(84.177)
<b>Total</b>	<b>(516.032)</b>	<b>(671.882)</b>

### NOTA 21 – Impostos e Contribuições

#### a) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Banco está sujeito ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) pela estimativa, podendo ser suspenso ou reduzido quando a apuração pelo Lucro Real for mais favorável ao Banco, quando comparada com a forma Estimativa. As despesas de IRPJ e CSLL estão demonstradas no quadro abaixo.

a.1) Especificação da Despesa de Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	01.01 a 30.09.2017	01.01 a 30.09.2016	01.01 a 30.09.2017	01.01 a 30.09.2016
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	523.801	243.184	523.801	243.184
Participações Estatutárias sobre o Lucro (PLR)	(28.838)	(15.191)	(28.838)	(15.191)
Juros sobre o Capital Próprio (JCP)	(108.462)	(54.012)	(108.462)	(54.012)
Resultado antes da Tributação, deduzido das Participações Estatutárias e dos JCP	386.501	173.981	386.501	173.981
Adições/Exclusões Permanentes	(11.290)	(14.852)	(11.247)	(14.436)
Adições/Exclusões Temporárias	(390.534)	355.834	(390.534)	355.834
Resultado Tributável	(15.323)	514.963	(15.280)	515.379
Despesas de Provisão de IRPJ e CSLL - antes dos Incentivos Fiscais e da Reserva de Reavaliação	-	(128.723)	-	(103.076)
Deduções (Incentivos Fiscais)	-	4.978	-	-
Provisão de Tributos de IRPJ/CSLL sobre a realização da Reserva de Reavaliação	-	726	-	581
Despesas Correntes de IRPJ/CSLL - após os incentivos e Reserva de Reavaliação	-	(123.019)	-	(102.495)
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos – Decorrentes de Créditos Recuperados e IFD	(9.842)	(6.220)	(5.384)	670
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	(9.842)	(129.239)	(5.384)	(101.825)
Créditos Tributários de IRPJ/CSLL – Provisões, IFD e Item Objeto de Hedge	9.436	113.110	(22.874)	62.728
Total de IRPJ/CSLL	(406)	(16.129)	(28.258)	(39.097)
Alíquota Efetiva (%)	0,11	(11,96)	7,31	(22,47)
a.2) Especificação da Provisão de IRPJ e CSLL	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	-	180.472	-	153.177
Provisão de Tributos sobre realização de Reserva de Reavaliação	-	968	-	775
Provisão de Tributos sobre Ajustes de LPA	-	162	-	133
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 16.d)	25	181.602	-	154.085
Impostos e Contribuições a Compensar decorrentes de antecipação, inclusive retidos na fonte	(26.905)	(162.776)	(23.169)	(127.628)
Valor dos Tributos a Recolher (a Compensar) do Período	(26.880)	18.826	(23.169)	26.457

#### b) Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias

Os créditos tributários de IRPJ e CSLL oriundos de diferenças temporárias das Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) e Provisões para Benefícios Pós-Emprego são registrados conforme disposições das principais normas, quais sejam: Resolução do CMN nº 3.059, de 20.12.2002, Circular Bacen nº 3.171, de 30.12.2002 e Instrução Normativa CVM nº 371, de 27.06.2002 e são fundamentados em Estudos Técnicos sobre Constituição de Ativos e Passivos Fiscais Diferidos, realizados semestralmente.

Quanto aos créditos tributários oriundos de Ajuste a Valor de Mercado, de acordo com as Circulares Bacen nºs 3.068, de 08.11.2001 e 3.082, de 30.01.2002, foram constituídos créditos tributários sobre ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários (TVM), relativamente aos títulos classificados na categoria Títulos Disponíveis para Venda, bem como sobre Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD).

Especificação	30.09.2017		31.12.2016		30.09.2017	31.12.2016
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL		
Efeito no Resultado						

## Notas Explicativas

<b>a) Provisões</b>						
Saldo Inicial	1.268.001	864.415	843.437	616.226	2.132.416	1.459.663
Constituição	371.673	297.353	704.980	564.004	669.026	1.268.984
Realização/Reversão	(369.666)	(326.021)	(280.416)	(315.815)	(695.687)	(596.231)
Saldo Final (Nota 10.d)	1.270.008	835.747	1.268.001	864.415	2.105.755	2.132.416
<b>b) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)</b>						
Saldo Inicial	-	-	-	-	-	-
Constituição	27	16	8.919	5.352	43	14.271
Realização/Reversão	(27)	(16)	(8.919)	(5.352)	(43)	(14.271)
Saldo Final (Nota 7.c)	-	-	-	-	-	-
<b>c) Item Objeto de Hedge</b>						
Saldo Inicial	2.632	1.579	5.786	3.472	4.211	9.258
Constituição	4.772	2.863	26.004	15.602	7.635	41.606
Realização/Reversão	(4.029)	(2.417)	(29.158)	(17.495)	(6.446)	(46.653)
Saldo Final (Nota 7.c.1)	3.375	2.025	2.632	1.579	5.400	4.211
<b>Efeito no Patrimônio Líquido</b>						
<b>d) TVM</b>						
Saldo Inicial	174.064	110.746	223.773	151.483	284.810	375.256
Constituição	87.623	60.378	495.382	358.110	148.001	853.492
Realização/Reversão	(96.354)	(65.251)	(545.090)	(398.847)	(161.605)	(943.937)
Saldo Final (Nota 7.a.2)	165.333	105.873	174.065	110.746	271.206	284.811

Os saldos dos créditos ativados e não ativados de IRPJ e CSLL estão a seguir demonstrados:

Especificação	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
1. Total das Diferenças Temporárias	6.298.445	6.186.088	6.298.445	6.186.088
2. Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	1.574.611	1.546.522	1.232.620	1.237.218
3. Créditos Tributários Ativados sobre Provisões	1.270.008	1.268.001	835.747	864.415
4. Créditos Tributários Ativados decorrentes da marcação a mercado de TVM, IFD e Item Objeto de Hedge	168.708	176.697	107.898	112.325
5. Total de Créditos Tributários Ativados (item 3 + item 4) <sup>(1)</sup>	1.438.716	1.444.698	943.645	976.740
6. Créditos Tributários Não Ativados (item 2 - item 5) <sup>(2)</sup>	135.895	101.824	288.975	260.478

<sup>(1)</sup> Os créditos ativados encontram-se registrados em "Outros Créditos-Diversos"

<sup>(2)</sup> Não ativados por não atenderem aos critérios de realização estabelecidos pela Resolução do CMN nº 3.355, de 31.03.2006, e considerando estudo técnico sobre a constituição de ativos e passivos fiscais diferidos.

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários sobre diferenças temporárias de provisões, na posição de 30.09.2017, estão a seguir demonstrados:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média(%) <sup>(1)</sup>	IRPJ		CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2017	7,02	114.261	110.450	91.409	88.360	205.670	198.810
2018	7,11	254.396	229.587	203.517	183.670	457.913	413.257
2019	8,19	171.599	143.141	102.959	85.885	274.558	229.026
2020	8,11	116.240	89.689	69.744	53.814	185.984	143.503
2021	7,98	139.351	99.576	83.611	59.745	222.962	159.321
2022	7,98	205.951	136.289	123.570	81.773	329.521	218.062
2023	7,98	63.650	39.008	38.190	23.404	101.840	62.412
2024	7,98	60.382	34.271	36.230	20.562	96.612	54.833
2025	7,98	57.957	30.463	34.774	18.278	92.731	48.741
2026	7,98	50.981	24.816	30.589	14.890	81.570	39.706
Acima de 2026	7,98	35.240	22.770	21.154	13.669	56.394	36.439
<b>Total</b>		<b>1.270.008</b>	<b>960.060</b>	<b>835.747</b>	<b>644.050</b>	<b>2.105.755</b>	<b>1.604.110</b>

<sup>(1)</sup> Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas Over – Selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 30.09.2017.

## Notas Explicativas

Os créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários, dos Instrumentos Financeiros Derivativos e de Item Objeto de *Hedge* apurados pelo valor presente de realização, na forma das Circulares Bacen nºs 3.068, de 08.11.2001 e 3.082, de 30.01.2002, serão realizados de acordo com os vencimentos dos títulos:

Período	IRPJ		CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2017	8.835	8.835	7.068	7.068	15.903	15.903
2018	24.530	24.530	19.624	19.624	44.154	44.154
2019	7.010	7.010	4.206	4.206	11.216	11.216
2020	181	181	109	109	290	290
2021	594	594	356	356	950	950
2022	470	470	282	282	752	752
2023	59	59	35	35	94	94
Acima de 2026	127.029	127.029	76.218	76.218	203.247	203.247
<b>Total</b>	<b>168.708</b>	<b>168.708</b>	<b>107.898</b>	<b>107.898</b>	<b>276.606</b>	<b>276.606</b>

Os valores totais previstos de realizações dos créditos tributários na posição de 30.09.2017 estão a seguir demonstrados:

Período	IRPJ		CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente <sup>(1)</sup>	Valor Contábil <sup>(2)</sup>	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2017	123.096	119.285	98.477	95.429	221.573	214.714
2018	278.926	254.117	223.141	203.294	502.067	457.411
2019	178.609	150.151	107.165	90.091	285.774	240.242
2020	116.421	89.870	69.853	53.923	186.274	143.793
2021	139.945	100.169	83.967	60.101	223.912	160.270
2022	206.421	136.759	123.852	82.055	330.273	218.814
2023	63.709	39.067	38.225	23.439	101.934	62.506
2024	60.382	34.271	36.230	20.562	96.612	54.833
2025	57.957	30.463	34.774	18.278	92.731	48.741
2026	50.981	24.816	30.589	14.890	81.570	39.706
Acima de 2026	162.269	149.799	97.372	89.887	259.641	239.686
<b>Total</b>	<b>1.438.716</b>	<b>1.128.767</b>	<b>943.645</b>	<b>751.949</b>	<b>2.382.361</b>	<b>1.880.716</b>

<sup>(1)</sup> Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 30.09.2017.

<sup>(2)</sup> Considerando a alíquota de 20% até 31.12.2018 e 15% a partir de 01.01.2019.

### c) Provisões para Impostos e Contribuições Diferidos

Especificação	30.09.2017		31.12.2016		30.09.2017	31.12.2016
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total	Total
<b>Efeito no Resultado</b>						
<b>a) Instrumentos Financeiros Derivativos</b>						
Saldo Inicial	2.661	1.597	5.781	3.469	4.258	9.250
Constituição	4.774	2.864	14.318	8.591	7.638	22.909
Realização/Reversão	(4.003)	(2.402)	(17.438)	(10.463)	(6.405)	(27.901)
Saldo Final (Nota 7.c e 16.d)	3.432	2.059	2.661	1.597	5.491	4.258
<b>b) Reserva de Reavaliação</b>						
Saldo Inicial	1.281	1.025	2.249	1.799	2.306	4.048
Constituição	25	20	-	-	45	-
Realização/Reversão	(985)	(788)	(968)	(775)	(1.773)	(1.743)
Saldo Final (Nota 16.d)	321	257	1.281	1.024	578	2.305
<b>c) Decorrentes de Créditos Recuperados<sup>(1)</sup></b>						
Saldo Inicial	61.352	40.761	56.342	42.172	102.113	98.514
Constituição	9.492	5.615	5.106	3.349	15.107	8.455
Realização/Reversão	(421)	(694)	(96)	(4.760)	(1.115)	(4.856)
Saldo Final (Nota 16.d)	70.423	45.682	61.352	40.761	116.105	102.113
<b>Efeito no Patrimônio Líquido</b>						
<b>d) TVM</b>						
Saldo Inicial	12.311	8.359	947	667	20.670	1.614
Constituição	222.407	134.020	76.230	47.382	356.427	123.612
Realização/Reversão	(190.710)	(115.226)	(64.866)	(39.690)	(305.936)	(104.556)
Saldo Final (Nota 7.a.2 e Nota 16.d)	44.008	27.153	12.311	8.359	71.161	20.670

<sup>(1)</sup> Na forma do artigo 12 da Lei nº 9.430, de 27.12.1996.

As provisões sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos, pelo valor presente, serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

## Notas Explicativas

Período	IRPJ		CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2017	3.738	3.738	2.991	2.991	6.729	6.729
2019	3.514	3.514	2.108	2.108	5.622	5.622
2022	784	784	470	470	1.254	1.254
2023	3.645	3.645	2.187	2.187	5.832	5.832
Acima de 2026	35.759	35.759	21.456	21.456	57.215	57.215
<b>Total</b>	<b>47.440</b>	<b>47.440</b>	<b>29.212</b>	<b>29.212</b>	<b>76.652</b>	<b>76.652</b>

As provisões sobre as Reservas de Reavaliação, apuradas pelo valor presente, serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média(%) <sup>(1)</sup>	IRPJ		CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2017	7,02	241	233	193	186	434	419
2018	7,11	80	72	64	58	144	131
<b>Total</b>		<b>321</b>	<b>305</b>	<b>257</b>	<b>244</b>	<b>578</b>	<b>550</b>

<sup>(1)</sup> Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 30.09.2017.

As provisões sobre os Créditos Recuperados, na forma do artigo 12 da Lei nº 9.430, de 27.12.1996, apuradas pelo valor presente, serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média <sup>(1)</sup>	IRPJ		CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2017	7,02	5.803	5.609	4.642	4.487	10.445	10.096
2018	7,11	11.342	10.236	9.075	8.189	20.417	18.425
2019	8,19	10.441	8.710	6.265	5.226	16.706	13.936
2020	8,11	8.989	6.936	5.394	4.162	14.383	11.098
2021	7,98	6.257	4.471	3.754	2.682	10.011	7.153
2022	7,98	6.024	3.987	3.615	2.392	9.639	6.379
2023	7,98	5.534	3.392	3.321	2.035	8.855	5.427
2024	7,98	4.692	2.663	2.815	1.598	7.507	4.261
2025	7,98	4.396	2.311	2.638	1.386	7.034	3.697
2026	7,98	1.401	682	840	409	2.241	1.091
Acima de 2026	7,98	5.544	3.581	3.323	2.149	8.867	5.730
<b>Total</b>		<b>70.423</b>	<b>52.578</b>	<b>45.682</b>	<b>34.715</b>	<b>116.105</b>	<b>87.293</b>

<sup>(1)</sup> Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 30.09.2017.

Os valores totais das provisões dos Passivos Tributários, na posição de 30.09.2017, estão a seguir demonstrados:

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente <sup>(1)</sup>	Valor Contábil <sup>(2)</sup>	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2017	9.783	9.580	7.826	7.665	17.609	17.245
2018	11.423	10.308	9.138	8.247	20.561	18.555
2019	13.955	12.224	8.373	7.334	22.328	19.558
2020	8.989	6.936	5.394	4.162	14.383	11.098
2021	6.257	4.471	3.754	2.682	10.011	7.153
2022	6.808	4.771	4.085	2.862	10.893	7.633
2023	9.179	7.037	5.508	4.222	14.687	11.259
2024	4.692	2.663	2.815	1.598	7.507	4.261
2025	4.396	2.311	2.638	1.386	7.034	3.697
2026	1.401	682	840	409	2.241	1.091
Acima de 2026	41.301	39.340	24.780	23.605	66.081	62.945
<b>Total</b>	<b>118.184</b>	<b>100.323</b>	<b>75.151</b>	<b>64.172</b>	<b>193.335</b>	<b>164.495</b>

<sup>(1)</sup> Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 30.09.2017.

<sup>(2)</sup> Considerando a alíquota de 20% até 31.12.2018 e 15% a partir de 01.01.2019.

## Notas Explicativas

### d) Despesas Tributárias

Especificação	01.01 a 30.09.2017	01.01 a 30.09.2016
Contribuição ao Cofins e PIS/Pasep	(195.668)	(188.351)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(21.542)	(19.302)
Outros Valores	(2.497)	(2.258)
<b>Total (Nota 20.e)</b>	<b>(219.707)</b>	<b>(209.911)</b>

### NOTA 22 – Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

- a) O Banco é parte em diversos processos de ordem cível, fiscal e trabalhista e outros que se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender a probabilidade de perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos, conforme quadro a seguir:

Especificação	30.09.2017		31.12.2016	
	Valor da Base	Provisão	Valor da Base	Provisão
<b>a) Contingenciais</b>				
<b>a.1) Impostos e Contribuições – Obrigação Legal (Nota 22 f.1.i)</b>	-	-	<b>812</b>	<b>812</b>
<b>a.2) Fiscais (Nota 22 f.1.i)</b>	<b>2.104.578</b>	<b>19.307</b>	<b>3.034.793</b>	<b>64.090</b>
i) Obrigação Legal	1.878	1.878	977	977
ii) Outras Obrigações-Diversas	<b>2.102.700</b>	<b>17.429</b>	<b>3.033.816</b>	<b>63.113</b>
Provável	17.429	17.429	63.113	63.113
Possível	1.949.529	-	2.844.284	-
Remota <sup>(1)</sup>	135.742	-	126.419	-
<b>a.3) Trabalhistas</b>	<b>468.085</b>	<b>165.715</b>	<b>456.644</b>	<b>172.866</b>
Provável (Nota 22 f.1.ii)	165.715	165.715	172.866	172.866
Possível	156.127	-	145.990	-
Remota	146.243	-	137.788	-
<b>b) Outras Provisões Passivas</b>				
<b>b.1) Causas Cíveis</b>	<b>6.147.034</b>	<b>121.815</b>	<b>5.483.090</b>	<b>166.126</b>
Provável (Nota 22 f.1.iii)	121.815	121.815	166.126	166.126
Possível	1.143.250	-	1.256.790	-
Remota <sup>(2)</sup>	4.881.969	-	4.060.174	-
<b>b.2) Outras (Nota 22 f.2.iv)</b>				
<b>i) Operações Securitizadas <sup>(3)</sup></b>	<b>10.729</b>	<b>10.729</b>	<b>10.673</b>	<b>10.673</b>
<b>ii) Outras</b>	<b>776.943</b>	<b>4.112</b>	<b>711.329</b>	<b>899</b>
Provável	4.112	4.112	899	899
Possível	1.900	-	9.716	-
Remota	770.931	-	700.714	-

<sup>(1)</sup> O montante do passivo contingente relacionado às causas fiscais classificadas como risco remoto está concentrado em 01 (um) processo que apresenta saldo de R\$ 113.957, na posição de 30.09.2017 (R\$ 105.310 em 31.12.2016).

<sup>(2)</sup> O montante do passivo contingente relacionado às causas cíveis classificadas como risco remoto está concentrado em 05 (cinco) processos que apresentam saldo de R\$ 2.905.595, na posição de 30.09.2017. (R\$ 2.456.134 em 31.12.2016).

<sup>(3)</sup> Referem-se ao risco de crédito sobre operações securitizadas, com fundamento na Lei nº 9.138, de 29.11.1995, que se encontram registradas em contas de compensação.

- b) O Banco tem causas patrocinadas por advogados e sociedades de advogados contratados referentes, em sua maioria, a ações de cobrança de dívidas oriundas de operações de crédito, cuja avaliação da provisão e do passivo contingente é realizada pela área jurídica do Banco.
- c) Os processos de natureza fiscal, enquadrados como Obrigação Legal nos termos da Carta Circular Bacen nº 3.429, de 11.02.2010, cujos valores foram apresentados no quadro acima, têm como objeto de discussão os tributos municipais.
- d) A seguir uma breve descrição dos processos envolvendo os passivos contingentes mais relevantes, em que o Banco é parte, classificados como risco de perda possível:

## Notas Explicativas

### Fiscal

Quatro ações que visam desconstituir auto de infração. As estimativas de perdas financeiras perfazem R\$ 1.737.799 na data base de 30.09.2017 (R\$ 2.693.426 em 31.12.2016).

### Cível

Ação que visa lucros cessantes e pagamento de taxa de administração. A estimativa de valor perfaz, na data base de 30.09.2017, R\$ 237.132 (R\$ 213.841 em 31.12.2016).

Ação que visa repetição de indébito. A estimativa de valor perfaz, na data base de 30.09.2017, R\$ 66.154 (R\$ 59.656 em 31.12.2016).

Ação que visa indenização. A estimativa de valor perfaz, na data base de 30.09.2017, R\$ 117.591 (R\$ 52.748 em 31.12.2016).

Ação que visa pagamento de honorários. A estimativa de valor perfaz, na data base de 30.09.2017, R\$ 46.189 (R\$ 83.305 em 31.12.2016).

Ação iniciada em 2014, relativamente a Benefícios Pós-Emprego. A estimativa de valor, de risco possível, perfaz, na data-base de 30.09.2017, R\$ 51.439 (R\$ 34.026 em 31.12.2016).

- e) Os Depósitos Judiciais e Recursais em garantia de processos judiciais e administrativos, constituídos para as contingências passivas prováveis, possíveis e/ou remotas, estão assim representados:

Especificação	30.09.2017	31.12.2016
Demandas Trabalhistas	493.972	463.666
Demandas Fiscais	130.296	126.816
Demandas Cíveis	74.753	72.857
<b>Total</b>	<b>699.021</b>	<b>663.339</b>

### f) Movimentação das Provisões

#### f.1) Fiscais, Trabalhistas, Cíveis e Outras

Especificação	30.09.2017				
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Baixa	Saldo Final
i) Fiscais (Nota 16.i)	64.902	6.173	(51.614)	(154)	19.307
ii) Trabalhistas (Nota 16.i)	172.866	32.459	(23.480)	(16.130)	165.715
iii) Cíveis (Nota 16.i)	166.126	63.837	(58.503)	(49.645)	121.815
iv) Outras (Nota 16.i)	899	3.291	(78)	-	4.112

Especificação	31.12.2016				
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Baixa	Saldo Final
i) Fiscais (Nota 16.d)	47.584	23.929	(5.121)	(1.490)	64.902
ii) Trabalhistas (Nota 16.i)	249.461	113.406	(41.995)	(148.006)	172.866
iii) Cíveis (Nota 16.i)	142.592	70.865	(27.237)	(20.094)	166.126
iv) Outras (Nota 16.i)	720	594	(407)	(8)	899

#### f.2) Provisões para Garantias Financeiras Prestadas

Especificação	30.09.2017			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão/Utilização/ Baixa	Saldo Final
i) FNE	3.229.308	1.469.429	(1.443.805)	3.254.932
ii) FDNE	604	603	(515)	692
iii) Proagro	1.088	9	(1.091)	6
iv) Outras	10.673	1.039	(983)	10.729

## Notas Explicativas

Especificação	31.12.2016			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão/Utilização/ Baixa	Saldo Final
i) FNE	2.792.367	1.785.737	(1.348.796)	3.229.308
ii) FDNE	654	33	(83)	604
iii) Proagro	2.644	668	(2.224)	1.088
iv) Outros Passivos Contingentes	37.800	1.334	(28.461)	10.673

### NOTA 23 – Remuneração Paga a Funcionários e Administradores (Em Reais)

#### a) Remuneração Mensal de Funcionários

Remuneração Bruta <sup>(1)</sup>	01.01 a 30.09.2017	01.01 a 31.12.2016
Máxima	40.492,52	39.548,87
Mínima	1.613,39	1.487,83
Média	10.567,70	10.236,57

<sup>(1)</sup> Inclui remuneração de horas extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.

#### b) Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal no Período

Especificação	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
Remuneração Bruta <sup>(1)</sup>	Diretoria		Conselho de Administração		Conselho Fiscal	
Maior remuneração individual <sup>(2)</sup>	625.515,28	964.628,09	37.926,36	69.911,90	46.459,78	65.626,12
Menor remuneração individual <sup>(3)</sup>	294.904,84	761.833,48	37.926,36	53.572,44	37.926,36	53.572,44
Remuneração média individual <sup>(4)</sup>	618.922,04	913.957,21	38.862,95	51.351,17	40.986,73	57.291,50
Número de membros <sup>(5)</sup>	6,89	7,75	6,33	6,33	4,89	5,25

<sup>(1)</sup> Valores aprovados pela 99ª reunião da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14.12.2016.

<sup>(2)</sup> Apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no período.

<sup>(3)</sup> Apurado com a exclusão de todos os membros que não tenham exercido o cargo pelo período todo.

<sup>(4)</sup> Corresponde à divisão do valor total da remuneração do período de cada órgão pelo número de membros.

<sup>(5)</sup> O número de membros corresponde a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

Em 30.09.2017, o número de funcionários do Banco totalizava 6.975 (7.226 em 30.12.2016), registrando-se uma redução de 3,47% no quadro de pessoal.

### NOTA 24 – Benefícios Pós-Emprego

Na forma preconizada na Resolução nº 4.424, do CMN, que recepcionou o Pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, são apresentadas, a seguir, as informações sobre benefícios pós-emprego. As avaliações atuariais são realizadas por atuário independente habilitado, com base em informações fornecidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Capef), Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste (Camed) e Banco.

#### a) Descrição geral das características dos Planos de Benefícios

##### a.1) Planos de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil

O Banco é patrocinador de dois planos de previdência complementar denominados, Benefícios Definidos (BD) e Contribuição Variável (CV I) administrados pela Capef, entidade fechada de previdência complementar, que oferecem aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes

Em termos gerais, os benefícios do plano BD são calculados com base na diferença entre o salário de contribuição do empregado e o benefício de aposentadoria do INSS, ponderada pelo número de contribuições pagas ao plano, limitado a 360, incluindo eventual parcela de prorrogação de expediente proporcional ao número de contribuições pagas sobre esta parcela, todos vigentes em julho de 1997 e projetados, de acordo com o regulamento do plano até a data de aposentadoria do participante. Além disso, é descontada do benefício uma taxa equivalente a 21,25%, a título de contribuição extraordinária, resultando, de forma geral, 78,75% do salário de contribuição médio.

Os benefícios de aposentadoria programada do plano CV I são calculados com base no saldo da conta individual de cada participante, existente na data da aposentadoria e são pagos em duas fases, a primeira na forma de renda certa com prazo certo, na modalidade Contribuição Definida (CD) e a segunda na forma de renda vitalícia na modalidade Benefício Definido (BD). Além disso, o plano oferece cobertura para benefícios não programados, como invalidez e morte em atividade, sendo estes benefícios avaliados pelo Banco como benefício definido.

## Notas Explicativas

O plano CV I conta com o Fundo de Solvência Atuarial que será utilizado para cobertura de eventuais insuficiências atuariais futuras dos portfólios previdenciais mutualistas e com o Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos, com o objetivo de suprir o pagamento de capitais complementares nos casos de invalidez ou morte do participante, referentes à cobertura securitária dos benefícios decorrentes desses eventos. O Fundo de Solvência Atuarial é formado por valores recebidos mensalmente dos participantes, a partir da aplicação da taxa de solvência atuarial sobre o valor das contribuições de participantes ativos; saldo da conta de patrocinador relativo ao participante ativo que tenha optado pelo instituto do resgate e pelo valor obtido pela recomposição do capital complementar por invalidez em caso de retorno do participante assistido em virtude de aposentadoria por invalidez, tendo retornado à condição de válido, desde que o referido capital complementar por invalidez tenha sido proveniente de instituição seguradora. O Fundo mutualista para Benefícios de Risco é constituído a partir da aplicação da taxa de risco (de morte e invalidez) sobre as contribuições recebidas mensalmente dos participantes ativos.

Segundo o estatuto da entidade, são responsáveis pela administração e fiscalização da Capef os seguintes órgãos estatutários: Conselho Deliberativo, Diretoria-Executiva e Conselho Fiscal.

O Conselho Deliberativo é o órgão de decisão e orientação superior, cabendo-lhe precipuamente a definição da política de administração da Capef e de seus planos de benefícios, sendo formado por representantes do Banco, por participantes ativos e representante dos participantes e beneficiários assistidos.

A Diretoria Executiva é responsável por executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente, no Estatuto e nos regulamentos dos planos de benefícios e nos Convênios e Termos de Adesão.

O Conselho Fiscal é o órgão de controle interno, cabendo-lhe, principalmente, as funções de acompanhamento e fiscalização das atividades da Capef.

### a.1.1) Regime Atuarial no âmbito dos Planos Administrados pela Capef

O plano BD, classificado na modalidade de benefício definido, adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas a todos os benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários. O plano CV I conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido. Esse plano adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas aos benefícios programados e o regime de capitais de cobertura para os demais benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários.

### a.1.2) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinadora)

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco atende a paridade estabelecida na Emenda Constitucional nº 20, de 15.12.1998, registrando, em 30.09.2017, a relação contributiva de 1:1 (Em 31.12.2016, 1:1).

### a.2) Plano de Assistência Médica

O Banco é patrocinador e mantenedor de plano de saúde administrado pela Camed, denominado Plano Natural, cujo objetivo principal é prestar assistência médica aos seus associados e dependentes, por meio da concessão de auxílios destinados à cobertura ou ressarcimento de despesas com a promoção, proteção e recuperação de saúde.

O plano natural está adaptado à Lei nº 9.656 de 03.06.1998, que regulamenta os planos de saúde no Brasil. A Camed encontra-se registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), órgão regulador do setor, sob o número 38.569-7.

A Camed está sujeita à constituição de garantias financeiras estabelecidas pela ANS, para atendimento aos requisitos de Patrimônio Mínimo Ajustado exigido para operação, Margem de Solvência e constituição de Provisões Técnicas no que diz respeito a garantir os pagamentos à rede de prestadores de serviços, mediante vinculação de ativos garantidores na forma estabelecida pela regulamentação.

A Camed tem como órgãos estatutários: Corpo Social, Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

O Conselho Deliberativo da Camed é órgão de acompanhamento e de superior deliberação administrativa, sendo formado por representantes do Banco e do Corpo Social. A Diretoria Executiva é responsável por executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente e no Estatuto da Camed.

O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização dos atos de gestão da Camed, cabendo-lhe, essencialmente, as funções de acompanhamento e orientação das atividades da empresa.

## Notas Explicativas

### a.2.1) Contribuições

O Plano Natural é custeado, basicamente, pela contribuição social paga pelos associados, pelas contribuições referentes à inscrição de dependentes naturais, por taxa de proteção financeira, por taxa de serviço de urgência e emergência, pela coparticipação financeira paga pelo associado sobre os eventos utilizados e por contribuição paritária de responsabilidade do Banco.

Em 2016, a Camed iniciou a devolução das contribuições anteriormente antecipadas pelo Banco, da seguinte forma: a) em pagamento único: R\$ 22.504 mil; e b) o saldo restante em parcelas mensais de R\$ 432 mil.

### a.2.2) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinadora)

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco atende a paridade estabelecida na Resolução nº 09, de 08.10.1996, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (CCE), registrando em 30.09.2017, a relação contributiva de 1:1 (Em 31.12.2016, 1:1).

### a.3) Seguro de Vida em Grupo

O Banco mantém como política de benefícios aos seus empregados, contrato de apólice coletiva de seguro de vida em grupo, destinada a seus empregados e ex-empregados aposentados. A apólice prevê cobertura básica: morte por causas naturais e acidentais e cobertura adicional de invalidez por acidente e por doença. Os prêmios de seguro são determinados pela aplicação de taxas por faixas etárias, contribuindo os empregados com 50% do valor desse prêmio e o Banco com os demais 50%, na forma do Acordo Coletivo de Trabalho 2016/2018. Os ex-empregados aposentados são responsáveis pelo pagamento integral do valor do prêmio. A cada semestre, o Banco avalia atuarialmente o benefício, que se constitui em subsídio indireto aos assistidos.

### a.4) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 30.09.2017, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação aos planos previdenciários, BD e CVI, ao plano de assistência médica, plano Natural, e ao seguro de vida em grupo, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido desses planos.

### a.5) Exposição ao risco

Os planos BD, CV I, Natural e Seguro de Vida em Grupo estão expostos, principalmente, aos seguintes riscos:

## Notas Explicativas

Plano	Tipo de Risco	Descrição do Risco
BD/ CV I/ Natural	Risco Atuarial	O risco atuarial está relacionado à incapacidade do plano de honrar os pagamentos dos benefícios, devido à adoção de tábuas atuariais inadequadas, utilização de premissas atuarias não aderentes ou ainda descasamento entre ativos e passivos. No caso de planos de saúde refere-se à atividade de prestação de serviços por meio de rede credenciada e/ou reembolso de eventos de saúde suplementar. Está relacionado tanto a adequação das bases técnicas utilizadas na precificação como também à adequação do nível de provisionamento. Em algum momento, eventuais desequilíbrios nestas duas variáveis refletem na sinistralidade da Operadora.
BD/ CV I/ Natural	Risco de Liquidez	O risco de liquidez é a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios entre os ativos negociados e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de dispor de recursos imediatos para pagamento dos benefícios e demais obrigações do plano.
BD/ CV I/ Natural	Risco Operacional/Legal	O risco operacional está associado a perdas resultantes da operação do plano e pode ser subdividido em quatro categorias: risco de pessoas (despreparo, negligência ou fraude); risco de processos (organização ineficiente, fluxo de informações e de processos deficiente, responsabilidades mal definidas, etc.); risco legal (decorrente de procedimentos e rotinas que desrespeitam o ordenamento jurídico); e risco de tecnologia (processamento de dados sujeitos a erros e falhas de equipamentos).
BD/ CV I/ Natural/Seguro de Vida em Grupo	Risco de Mercado	O risco de mercado está relacionado às variações nas taxas de juros e preços dos ativos que influenciam no desempenho econômico-financeiro do plano de benefícios.
BD e CV I	Risco de Crédito	O risco de crédito surge quando as contrapartes não desejam ou não são capazes de cumprir suas obrigações contratuais. Seu efeito é medido pelo custo de reposição de fluxo de caixa em caso de inadimplência da contraparte. O rebaixamento da classificação por agências especializadas também pode gerar a elevação do risco de crédito, tendo em vista que a confiança dos investidores é impactada, podendo gerar redução no valor de mercado das organizações.
BD/ CV I/ Natural/ Seguro de Vida em Grupo	Risco de longevidade	O valor presente do passivo dos planos é calculado com a melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.
Natural	Risco de despesas administrativas	Risco gerado pela possibilidade das despesas administrativas serem superiores às estimadas na avaliação, aumentando o passivo atuarial.
BD/ Natural	Risco de postergação de entrada em aposentadoria	O valor presente do passivo do plano é calculado considerando uma possibilidade de postergação da entrada em aposentadoria, caso essa postergação não se efetive valor do passivo tende a aumentar.
CV I	Risco de entrada em invalidez ou ocorrência de morte e cobertura de capitais complementares	Risco de o participante entrar em invalidez ou no caso de morte, sem a constituição de reserva suficiente para arcar com os benefícios.

### a.6) Número de Participantes dos Planos de Benefícios Pós-emprego

Especificação	Ativos	Assistidos	Total
Plano BD	1.710	4.752	6.462
Plano CV I	5.120	110	5.230
Plano Natural	6.809	4.786	11.595
Seguro de Vida em Grupo	5.197	3.400	8.597

### a.7) Estratégias de Confrontação de Ativos e Passivos

A Capef conta com áreas específicas para administração dos investimentos, além de assessoria de gestão que reforça o monitoramento dos riscos de investimentos. Diariamente, os investimentos são acompanhados de modo a se verificar questões voltadas a enquadramentos, retornos dos ativos e acompanhamento da evolução da meta atuarial do plano. São realizadas reuniões mensais do Comitê de Investimento, onde são discutidos os riscos envolvidos nas operações, impactos no plano, questões de enquadramentos e análise de cenário econômico, bem como são elaborados relatórios trimestrais de risco, com simulação da rentabilidade mensal e anual, confrontação dos retornos dos ativos com a meta atuarial ao longo do tempo, liquidez do plano projetada no longo prazo, fronteira eficiente de "Markovitz" para os fundos de renda variável; acompanhamento dos ativos de títulos privados, comentários sobre os investimentos

## Notas Explicativas

das diversas carteiras de investimentos, o VaR dos segmentos de renda fixa e renda variável. Anualmente é realizado o estudo de *Asset Liability Management* (ALM) que objetiva auxiliar os administradores do plano na escolha do portfólio mais adequado aos seus objetivos, levando em consideração as características e as particularidades dos ativos e da situação financeira do plano. O resultado desse estudo permite que sejam feitos investimentos de longo prazo, sem comprometer as obrigações, bem como o atingimento da meta atuarial.

A Camed possui instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. Os critérios para aplicações financeiras consideram os limites de alocação de recursos em conformidade com a regulamentação estabelecida pela ANS e o risco de crédito associado a essas aplicações é atenuado pela restrição de suas operações a instituição financeira considerada de primeira linha pelo mercado e concentração das aplicações em títulos públicos e privados de renda fixa e curto prazo de vencimento. O risco de crédito associado à possibilidade do não recebimento de valores de mensalidades e taxas que é mitigado pela possibilidade de cobrança em folha de pagamento e por meio de autorização de débito em conta corrente, bem como pela possibilidade legal de interrupção do atendimento aos beneficiários de planos de saúde após determinado período de inadimplência. O gerenciamento de riscos acompanha as alterações nos cenários de exposição a que a Camed está sujeita.

### b) Obrigação Líquida

Especificação	30.09.2017	31.12.2016
Plano BD (Notas 16.i e 28.a.2)	372.708	363.118
Plano Natural (Notas 16.i e 28.a.2)	1.132.004	807.550
Seguro de Vida (Notas 16.i e 28.a.2)	124.920	116.899
<b>Total</b>	<b>1.629.632</b>	<b>1.287.567</b>

### c) Valores Reconhecidos no Resultado

Especificação	Capecf			
	Plano BD		Plano CV I	
	01.01 a 30.09.2017	01.01 a 31.09.2016	01.01 a 30.09.2017	01.01 a 31.09.2016
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	(6.037)	(5.397)	1.019	694
2. Juros Líquidos	(25.938)	(19.761)	-	-
<b>3. Total (item 1 + item 2)</b>	<b>(31.975)</b>	<b>(25.158)<sup>(1)</sup></b>	<b>1.019<sup>(2)</sup></b>	<b>694<sup>(2)</sup></b>

<sup>(1)</sup> Inclusive contribuições de funcionários cedidos: Plano BD - 01.01 a 30.09.2016: R\$ 6;

<sup>(2)</sup> Esse valor foi registrado na rubrica "Reversão de Provisões Operacionais".

Especificação	Plano Natural		Seguro de Vida	
	01.01 a 30.09.2017	01.01 a 31.09.2016	01.01 a 30.09.2017	01.01 a 31.09.2016
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	(5.920)	631	1.751	1750
2. Juros Líquidos	(63.202)	(74.573)	(9.149)	(5.316)
<b>3. Total (item 1 + item 2)<sup>(3)</sup></b>	<b>(69.122)</b>	<b>(73.942)</b>	<b>(7.398)</b>	<b>(3.566)</b>

<sup>(3)</sup> Inclusive contribuições de funcionários cedidos: Plano Natural - 01.01 a 31.09.2017: R\$ 36; e 01.01 a 31.09.2016: R\$ 28 e Seguro de Vida em grupo - 01.01 a 31.09.2017: R\$ 6; e 01.01 a 31.09.2016: R\$ 5.

As contribuições referentes à parte CD do plano CV I foram contabilizadas em despesas de benefícios pós-emprego, conforme abaixo:

Especificação	01.01 a 30.09.2017	01.01 a 31.09.2016
1. Contribuições (Parte CD) <sup>(4)</sup>	(37.987)	(33.665)

<sup>(4)</sup> Inclusive contribuições de funcionários cedidos: Plano CV I - 01.01 a 31.09.2017: R\$ 194; e 01.01 a 31.09.2016: R\$ 237.

As despesas administrativas do plano BD estão contabilizadas em despesas de benefícios pós-emprego, conforme abaixo:

Especificação	01.01 a 30.09.2017	01.01 a 30.09.2016
1. Despesas Administrativas	(4.664)	(4.626)

## Notas Explicativas

### d) Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido

Especificação	Plano BD <sup>(1)</sup>		Plano CV I <sup>(2)</sup>	
	30.09.2017	30.09.2016	30.09.2017	30.09.2016
Ganhos (Perdas) atuariais	(30.855)	(128.980) <sup>(3)</sup>	(2.267)	(1.752)

<sup>(1)</sup> Não houve avaliação atuarial no período, portanto, para o plano BD não há registro de ganhos (perdas) atuariais no período de 01.07 a 30.09.2017.

<sup>(2)</sup> Os ganhos (perdas) atuariais referentes ao plano CV I no período de 01.07 a 30.09.2017 referem-se ao efeito do teto de ativo.

<sup>(3)</sup> Inclui diferença de contribuições estimadas, no cálculo atuarial do plano BD: 01.01 a 30.09.2016: R\$ 98.

Especificação	Plano Natural <sup>(1)</sup>		Seguro de Vida <sup>(1)</sup>	
	30.09.2017	30.09.2016	30.09.2017	31.09.2016
Ganhos (Perdas) atuariais	(288.466)	39.889	(3.994) <sup>(2)</sup>	(6.809)

<sup>(1)</sup> Não houve avaliação atuarial no período, portanto, para os planos: Natural e Seguro de Vida, não há registro de ganhos (perdas) atuariais no período de 01.07 a 30.09.2017.

<sup>(2)</sup> Inclui diferença de contribuições estimadas, no cálculo atuarial do Seguro de Vida em grupo: 01.01 a 30.09.2017: R\$ 2.

### NOTA 25 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

a) O patrimônio do FNE, no montante de R\$ 72.713.511 (67.428.548 em 31.12.2016), está registrado em contas de compensação do Banco "Patrimônio de Fundos Públicos Administrados".

b) As disponibilidades e os recursos comprometidos com operações de crédito, que representam as disponibilidades do FNE, no valor total de R\$ 21.810.143 (16.665.297 em 31.12.2016), registrados no título "Outras Obrigações/Fundos Financeiros e de Desenvolvimento" são remunerados pela taxa extramercado. No período, a despesa com remuneração dessas disponibilidades foi de R\$ 1.431.274 (R\$ 1.732.451 em 31.12.2016).

c) A provisão para fazer face ao risco nas operações contratadas ao amparo do FNE é constituída obedecendo aos seguintes critérios:

**c.1)** nas operações contratadas até 30.11.1998, o Banco é isento de risco;

**c.2)** para as operações contratadas a partir de 01.12.1998, excluindo-se os financiamentos do Programa da Terra e as operações no âmbito do Pronaf (Grupos A, A/Microcrédito, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca 2012 e Seca-2012-Custeio), o risco do Banco é de 50% do valor calculado na forma da Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999; e

**c.3)** o risco do Banco é integral sobre as operações de crédito renegociadas e reclassificadas para o FNE, com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, bem como sobre operações registradas em Devedores por Repasses do Fundo, de acordo com a Portaria do Ministério da Integração nº 616, de 26.05.2003. Nos financiamentos contratados com recursos do FNE, com base na Lei nº 12.716, de 21.09.2012, destinados à liquidação de operações do Banco com outras fontes de recursos, permanecerá a mesma posição de risco da operação a ser liquidada. A composição dos saldos dos financiamentos e das provisões contabilizadas em "Provisão para Garantias Financeiras Prestadas" do Banco é a seguinte:

Nível de Risco	Saldos	Provisão em 30.09.2017	Provisão em 31.12.2016
AA	10.685.169	-	-
A	12.885.752	32.360	27.119
B	7.159.029	36.230	48.565
C	2.494.743	37.590	32.843
D	1.035.337	51.751	89.640
E	765.110	114.218	94.982
F	1.034.875	258.768	102.062
G	379.405	132.999	258.215
H	5.114.919	2.591.017	2.575.882
<b>Total</b>	<b>41.554.339</b>	<b>3.254.932</b>	<b>3.229.308</b>

<sup>(1)</sup> Em 30.09.2017, inclui R\$ 36.792 referente à provisão para fazer face ao risco do Banco em operações de crédito com indícios de irregularidades. (R\$ 43.347, em 31.12.2016, registrada em Outros Passivos Contingentes – Nota 22.f.2.iv)

## Notas Explicativas

- d) para as operações contratadas até 30.11.1998, o *del credere* do Banco ficou reduzido a zero. Para as contratações efetuadas após essa data, o *del credere* é de 3% a.a., quando o risco for de 50% e de 6% a.a., quando contratadas em nome do próprio Banco ao amparo de repasses com base no artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989. Nas operações reclassificadas para o FNE com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, o *del credere* é de 3% a.a. ou de 6% a.a., conforme regulamentado na Portaria Interministerial nº 245, de 14.10.2008, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional. A receita de *del credere* foi de R\$ 958.761 (R\$ 1.254.708 em 31.12.2016).
- e) a taxa de administração de 3% a.a. é calculada sobre o patrimônio líquido do FNE, deduzido dos valores objeto de contrato de repasse com o Banco, dos saldos dos repasses a outras instituições com risco integral do Banco e dos saldos das aplicações no âmbito do Pronaf (Grupos B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012/Custeio), ficando limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional. No período, a taxa de administração foi de R\$1.041.896 (R\$ 1.463.249 em 31.12.2016).

### NOTA 26 - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

O FAT é um fundo especial, de natureza contábil e financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. As principais ações financiadas pelo Banco com recursos do FAT encontram-se descritas conforme abaixo:

Especificação	Tade	30.09.2017	31.12.2016
Proger-Urbano Investimento	017/2006	1.412	2.526
FAT - Infraestrutura	018/2006	156.165	173.200
Protrabalho Investimento	004/2007	146.964	192.365
Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)	001/2010	73.730	96.514
<b>Total</b>		<b>378.271</b>	<b>464.605</b>

As obrigações contraídas junto ao FAT, registradas em “Depósitos Especiais com Remuneração”, da ordem de R\$ 156.448 (R\$ 254.980 em 31.12.2016) têm custo de captação com base na taxa Selic enquanto não aplicadas em operações de crédito e com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) após a liberação para os mutuários finais. Os recursos disponíveis, remunerados com base na taxa Selic, totalizam R\$ 45.372 (R\$ 28.279 em 31.12.2016).

A partir da edição da Resolução do Conselho Deliberativo do FAT (Codefat) nº 439, de 02.06.2005, estes recursos passaram a ser reembolsados ao FAT, mensalmente, com um valor mínimo equivalente a 2% calculados sobre o saldo total de cada Termo de Alocação de Depósitos Especiais do FAT (Tade), acrescidos das disponibilidades que se enquadrem nas condições a seguir, em termos de permanência no caixa do Banco:

- a partir de 2 meses com relação aos reembolsos dos beneficiários finais do crédito, não reaplicados em novos financiamentos; e
- a partir de 3 meses relativamente aos novos depósitos efetuados pelo FAT e não liberados aos mutuários finais.

Especificação	Tade	Devolução de Recursos do FAT			30.09.2017		Total
		Forma (1)	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS (2)	Aplicado TJLP (3)	
Proger – Urbano- Investimento	17/2006	RA	4.575	179	1.168	10.967	12.135
FAT – Infraestrutura (4)	18/2006	RA	46.443	2.335	17.728	34.236	51.964
Protrabalho- Investimento	04/2007	RA	16.043	285	10.949	44.719	55.668
PNMPO	01/2010	RA	22.226	522	15.527	66.526	82.054
<b>Total (Nota 13.b e Nota 28.a.1)</b>			<b>89.287</b>	<b>3.321</b>	<b>45.372</b>	<b>156.448</b>	<b>201.821</b>

Especificação	Tade	Devolução de Recursos do FAT			31.12.2016		Total
		Forma (1)	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS (2)	Aplicado TJLP (3)	
Proger – Urbano- Investimento	17/2006	RA	7.460	304	1.709	12.717	14.426
FAT – Infraestrutura (4)	18/2006	RA	50.250	3.035	22.297	60.055	82.352
Protrabalho- Investimento	04/2007	RA	17.036	42	709	63.802	64.511
PNMPO	01/2010	RA	25.484	753	3.564	90.127	93.691
<b>Total (Nota 13.b e Nota 28.a.1)</b>			<b>100.230</b>	<b>4.134</b>	<b>28.279</b>	<b>226.701</b>	<b>254.980</b>

## Notas Explicativas

- (1) RA – Retorno Automático (Mensalmente, 2% sobre o saldo);  
 (2) Recursos remunerados pela Taxa Selic;  
 (3) Recursos remunerados pela TJLP; e  
 (4) Com relação ao FAT – Infraestrutura, o RA é de 1% sobre o saldo e os reembolsos dedutíveis referem-se aos últimos 4 meses.

### NOTA 27– Gerenciamento de Riscos e Índice de Basileia

#### a) Gestão de Riscos e Capital

Os instrumentos de governança corporativa do Banco incluem estrutura de controles internos com vistas à manutenção de um adequado acompanhamento de riscos operacionais, de crédito, de mercado e de liquidez. A metodologia de gerenciamento de riscos observa as orientações do Comitê de Basileia, buscando a identificação dos riscos existentes e potenciais nos diversos processos do Banco, a implementação e o acompanhamento de indicadores e de mecanismos de mitigação de riscos.

#### Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A política corporativa de gestão de riscos contempla orientações e diretrizes integradoras das atividades do Banco para a gestão dos riscos de crédito, operacionais, de mercado e de liquidez. O Comitê de Gestão de Riscos aprecia e encaminha, para deliberação da Diretoria Executiva, as propostas de criação e ajustes nas estratégias, políticas, modelos e procedimentos para gestão de riscos, ficando a cargo da Diretoria de Controle e Risco a coordenação da sua implementação e desempenho no Banco, por meio de unidade específica que gerencia, em nível corporativo, os riscos de crédito, operacionais, de mercado e de liquidez, definindo metodologias e modelos de gestão e promovendo a disseminação da cultura de gestão de riscos.

Maiores informações relativas ao gerenciamento de riscos, focadas em questões acerca do Patrimônio de Referência (PR) e do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), conforme prescreve a Circular nº 3.678, de 31.10.2013, do Bacen, podem ser encontradas no portal [www.bnb.gov.br](http://www.bnb.gov.br) link "Sobre o Banco".

#### Estrutura de Gerenciamento de Capital

A Diretoria Executiva é responsável pela definição da estrutura de gerenciamento de capital do Banco, incluindo o Plano de Capital para o período de 2017 a 2019, que foi aprovado pelo Conselho de Administração em 30.11.2016. É da responsabilidade da Diretoria de Controle e Riscos, o gerenciamento de capital, tendo sido estruturada unidade administrativa específica para esse fim, conforme requerido pelo CMN, em sua Resolução nº 3.988, de 30.06.2011. As informações referentes à Estrutura de Gerenciamento de Capital podem ser consultadas no portal [www.bnb.gov.br](http://www.bnb.gov.br) link "Sobre o Banco".

#### b) Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte das obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Especificação	Exposição	
	30.09.2017	31.12.2016
<b>Operações de concessão de crédito, coobrigações e Garantias Prestadas</b>	<b>31.825.892</b>	<b>32.994.183</b>
<b>Público</b>	<b>738.811</b>	<b>1.437.712</b>
<b>Privado</b>	<b>31.087.081</b>	<b>31.556.471</b>
Comércio	3.678.122	3.940.690
Comércio Exterior	432.963	439.266
Habitação	242	170
Indústria	8.650.775	9.374.031
Infraestrutura	3.983.391	2.681.649
Microfinança Urbana	2.732.312	2.867.269
Pessoas Físicas	134.292	125.180
Rural	7.095.451	7.346.517
Outros Serviços	4.379.533	4.781.699
<b>Operações de Mercado</b>	<b>39.227.818</b>	<b>31.830.474</b>
<b>Títulos Públicos Federais</b>	<b>36.436.384</b>	<b>28.744.042</b>
Operações Compromissadas	14.204.843	11.184.789
Outras	22.231.541	17.559.253
<b>Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>0</b>	<b>150.350</b>

## Notas Explicativas

Outros Títulos e Valores Mobiliários	1.803.167	1.923.756
Outras Operações	988.267	1.012.326
Demais Ativos	5.420.528	4.984.341
<b>Total</b>	<b>76.474.238</b>	<b>69.808.998</b>

O Banco utiliza-se do fluxo constante de informações para identificar, mensurar, controlar e mitigar o risco, de forma a assegurar a exposição ao risco de crédito em parâmetros aceitáveis. Para tanto, são utilizados diversos instrumentos, tais como: políticas de crédito, modelos e metodologias de avaliação de risco, relatórios gerenciais, sistema de classificação de risco e de apuração de despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Além disso, qualquer deferimento de limite de risco segue o modelo de alçadas por colegiado. De acordo com suas características e valor, os limites poderão ser calculados de forma automática ou analisados e decididos nos comitês de avaliação de crédito das Agências ou nos comitês de deferimento de limite de risco das Centrais de Apoio Operacional, ou ainda, serem encaminhados para decisão pelo comitê de deferimento de limite de risco para cliente na Direção Geral, pela Diretoria ou pelo Conselho de Administração.

Todas as operações de crédito são objeto de classificação de risco, mediante a composição da avaliação de risco do cliente com a pontuação de risco da operação de crédito, de acordo com as características de valor, prazo, natureza, finalidade e situação das garantias quanto a sua suficiência e liquidez.

### Garantias de Operações de Crédito acima de R\$ 5.000 com Risco Total para o Banco

As garantias oferecidas para lastrear as operações de crédito são avaliadas em função de sua qualidade, grau de removibilidade e suficiência. Os saldos expostos a risco das operações de crédito com saldo acima de R\$ 5.000 importam em R\$ 3.856.393 (R\$ 4.716.104 em 31.12.2016). Essas operações estão lastreadas por garantias reais no montante de R\$ 4.131.558 (R\$ 5.425.536 em 31.12.2016).

### c) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, bem como pela possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu volume ser maior que o normalmente transacionado pelo mercado ou em razão de alguma descontinuidade deste.

O Banco utiliza-se de modelos de projeções para estimar as variações de caixa e gerenciar sua capacidade de honrar os compromissos futuros, comunicando a situação de liquidez da empresa à administração por meio de relatórios diários.

O relatório diário de gestão dos riscos de mercado e de liquidez contempla, dentre outros elementos, o índice de liquidez do Banco, representado pela razão das disponibilidades sobre os compromissos previstos para os próximos 90 dias. As disponibilidades que integram a base de cálculo desse índice são compostas por reservas bancárias e pela parcela de alta liquidez dos depósitos interfinanceiros, das operações compromissadas e da carteira própria de títulos.

Especificação		30.09.2017 (%)	31.12.2016 (%)
Índice de Liquidez	Na data-base	642,22	537,33
	Média dos últimos 12 meses	602,75	481,00
	Máximo dos últimos 12 meses	726,50	573,00
	Mínimo dos últimos 12 meses	444,62	344,26

### d) Risco de Mercado

Risco de mercado é a possibilidade de perda do valor econômico dos ativos e/ou de elevação do valor econômico dos passivos, resultantes de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e de *commodities*.

Na gestão dos riscos de mercado, o Banco adota metodologias e instrumentos validados pelo mercado, tais como:

- Value at Risk (VaR)* de operações ativas e passivas das carteiras de negociação e bancária, por fator de risco;
- Mapa de exigência de capital, para cobertura dos riscos de mercado e liquidez;

## Notas Explicativas

- c) relatório de exposição cambial;
- d) análise de sensibilidade;
- e) testes de estresse;
- f) testes de aderência (*back testing*); e
- g) relatórios de acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de mercado.

Constitui atividade importante da gestão dos riscos de mercado a elaboração de relatórios gerenciais diários, trimestrais e anuais, destinados à administração e disponíveis aos órgãos reguladores e de controle. Referidos relatórios contêm, dentre outras, informações detalhadas e análises sobre os níveis de exposição das carteiras de negociação e bancária, níveis de exposição cambial e índices de liquidez.

Além desses relatórios, o monitoramento dos limites de exposição ao risco de mercado e de liquidez contempla um sistema de alerta, operacionalizado com o intuito de imprimir maior tempestividade às informações gerenciais necessárias à tomada de decisão pelas instâncias competentes, baseado nos procedimentos abaixo:

Limites de Exposição ao Risco	Procedimento de Controle
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Carteira de Negociação: 1% do valor do Patrimônio de Referência</li> <li>• Carteira Bancária: 5% do valor do Patrimônio de Referência</li> </ul>	Caso o nível de exposição seja superior a 80% do limite, a área de gestão de riscos emite alerta para área específica de realização das operações financeiras.

### Análise de Sensibilidade

Atendendo à determinação constante na Instrução CVM nº 475, de 17.12.2008, realizou-se análise de sensibilidade, com vistas à identificação dos principais tipos de riscos capazes de gerar perdas ao Banco, considerando-se cenários alternativos para o comportamento dos diversos fatores de risco das operações que compõem as carteiras de Negociação e Bancária, cujos resultados são apresentados no quadro abaixo:

Carteira/Fator de Risco	Tipo de Risco	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)		Cenário 3 (Variação de 50%)	
		Saldo	Saldo	Perda	Saldo	Perda
<b>Carteira de Negociação</b>						
Juros Prefixados	Aumento da taxa de juros	11.187.069	11.172.702	(14.367)	11.158.612	(28.457)
<b>Carteira Bancária</b>						
Cupom de Dólar	Redução do cupom	(136.580)	(138.591)	(2.011)	(140.737)	(4.157)
Cupom de Euro	Aumento do cupom	(103)	(103)	-	(103)	-
Cupom de IGP	Aumento do cupom	243.303	227.914	(15.389)	213.731	(29.572)
Cupom de IPCA	Redução do cupom	1.397.667	1.170.136	(227.531)	998.545	(399.122)
Cupom de TJLP	Aumento do cupom	186.242	185.461	(781)	184.698	(1.544)
Cupom de TR	Aumento do cupom	(2.046.555)	(2.071.230)	(24.675)	(2.089.515)	(42.960)
Juros Prefixados	Aumento da taxa de Juros	2.829.536	2.754.550	(74.986)	2.696.138	(133.398)

Para efeito dos cálculos acima, no cenário 1, que configura a situação mais provável, foram considerados os saldos líquidos das carteiras, em valores marcados a mercado a partir de taxas coletadas na B3 S.A. Para a construção dos cenários 2 e 3, aplicaram-se variações de 25% e 50%, respectivamente, nos fatores de risco mercado considerados, estimando-se novos saldos líquidos para as carteiras. As perdas constituem as diferenças entre os saldos do cenário 1 e os saldos dos cenários 2 e 3.

Também foi realizada análise de sensibilidade para as operações de *swap* e seus respectivos objetos de *hedge*, apresentada nos demonstrativos abaixo:

Natureza da Operação	Tipo de Risco	Instrumento Financeiro	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)	Cenário 3 (Variação de 50%)
<i>Derivativos para Hedge</i>	Aumento da taxa referencial B3 S.A DI x Dólar	<i>Swap</i> Dólar x DI	993.376	981.985	970.857
		Passivo em ME	(997.085)	(985.704)	(974.586)
		Exposição Líquida	(3.709)	(3.719)	(3.729)

## Notas Explicativas

Foram analisadas as perdas de valor de mercado na exposição líquida nos cenários 2 e 3 em relação ao cenário 1, decorrentes de um possível aumento estressado do cupom cambial nas operações em moeda estrangeira.

O método empregado na análise de sensibilidade das operações de hedge consistiu na mensuração de variações da exposição líquida marcada a mercado entre as operações passivas indexadas ao dólar e as pontas ativas em dólar das operações de *swap*. A exposição líquida foi calculada para três cenários, permitindo a comparação entre eles. O cenário 1 utiliza as taxas de mercado, representando a situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as taxas divulgadas pela B3. Os cenários 2 e 3 são obtidos aplicando-se choques no cupom cambial utilizado no cenário 1, conforme descrição a seguir:

Cenário 1 – aplicação de 100% da taxa de swap DI x Dólar.

Cenário 2 – aplicação de 125% da taxa de swap DI x Dólar.

Cenário 3 – aplicação de 150% da taxa de swap DI x Dólar.

### e) Risco Operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas, decorrentes de falhas, deficiências ou inadequações de processos internos, pessoas, e sistemas, ou resultantes de eventos externos, incluindo os relacionados às questões legais.

A gestão do risco operacional é atividade permanente que exige o comprometimento e o envolvimento de todos os gestores, empregados e colaboradores, e tem como objetivo primordial mitigar a possibilidade e o impacto das perdas operacionais.

O sistema de gerenciamento de risco operacional corporativo visa dar suporte ao cumprimento da política corporativa, em observância aos princípios de governança, bem como atender à regulamentação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), seguindo o calendário estabelecido pela supervisão bancária.

O gerenciamento do risco operacional corporativo no Banco atua em uma visão de processos e é realizado por estrutura organizacional específica, concebida para oferecer suporte às atividades de avaliações de riscos nos processos de suporte e de negócios da Instituição, tendo como referência maior as Resoluções do Banco Central. Sob o enfoque qualitativo, são utilizadas metodologias de avaliação de riscos em processos, acompanhamento de ações de mitigação e relatórios gerenciais. Outra metodologia utilizada é a de autoavaliação de riscos e de controles em processos – *Risk and Control Self Assessment (RCSA)* –, que permite simular os riscos inerentes a atividades e procedimentos, bem como definir o seu impacto. Além disso, permite a construção de Matriz de Riscos e definição de indicadores, com o intuito de obter visão ampliada dos riscos em processos e aprimoramento do seu gerenciamento.

### f) Exposição Cambial

As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial apresentaram o saldo líquido de exposição cambial vendida, no importe de R\$ 47.541 (R\$ 25.470 em 31.12.2016 – posição vendida), conforme a seguir:

Especificação	30.09.2017	31.12.2016	Especificação	30.09.2017	31.12.2016
Disponibilidades	45.790	56.911	Depósitos	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	-	Relações Interdependências	5.177	7.170
Operações de Crédito	606.776	734.445	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do País	67.619	76.062
Outros Créditos	437.870	672.061	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do Exterior	1.637.928	1.760.411
			Outras Obrigações	461.873	640.391
<b>Total de Ativos em Moedas Estrangeiras, exclusive Derivativos</b>	<b>1.090.436</b>	<b>1.463.417</b>	<b>Total de Passivos em Moedas Estrangeiras</b>	<b>2.172.597</b>	<b>2.484.034</b>
Operações de <i>Swap</i>	980.991	995.147			
<b>Total de Exposição Ativa em Moedas Estrangeiras</b>	<b>2.071.427</b>	<b>2.458.564</b>	<b>Total de Exposição Passiva em Moedas Estrangeiras</b>	<b>2.172.597</b>	<b>2.484.034</b>

## Notas Explicativas

A exposição cambial é mantida abaixo dos limites estabelecidos na Política Corporativa de Gestão de Riscos, (5% do Patrimônio de Referência).

### g) Limites Operacionais – Acordo de Basileia

Em 30.09.2017, o Banco apresentou um índice de Basileia Amplo (incluindo o capital para cobertura do RBAN) de 14,77% (15,00% em 31.12.2016) e os índices de Nível I e de Capital Principal ficaram, ambos, em 10,35% (10,80% em 31.12.2016). O PR apurado foi de R\$ 6.229.311 (R\$ 6.099.931 em 31.12.2016), o Nível I e o Capital Principal apresentaram o mesmo valor de R\$ 4.084.673 (R\$ 4.109.061 em 31.12.2016), enquanto os ativos ponderados pelo risco (montante RWA) totalizaram R\$ 39.484.000 (R\$ 38.048.564 em 31.12.2016).

### i. Requerimentos Mínimos de Capital (Basileia III)

Especificação	30.09.2017	31.12.2016
<b>Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>6.229.311</b>	<b>6.099.931</b>
. Nível I	<b>4.084.673</b>	<b>4.109.061</b>
. Capital Principal	4.084.673	4.109.061
. Nível II	<b>2.144.638</b>	<b>1.990.870</b>
<b>Ativos Ponderados por Risco (RWA)</b>	<b>39.484.000</b>	<b>38.048.564</b>
. Parcela RWACPAD	30.571.743	30.634.885
. Parcela RWACAM	467.001	257.977
. Parcela RWAJUR	131.135	57.155
. Parcela RWACOM	5.860	5.843
. Parcela RWAOPAD	8.308.261	7.092.704
<b>Valor do RBAN</b>	<b>2.696.626</b>	<b>2.624.533</b>
<b>Margem sobre o PR Requerido (PR – [RWA * 9,25%])<sup>1</sup></b>	<b>2.577.041</b>	<b>2.342.635</b>
<b>Margem sobre o PR Requerido Considerando o RBAN {PR – ([RWA + RBAN]* 9,25%)}<sup>(1)</sup></b>	<b>2.327.603</b>	<b>2.083.462</b>
<b>Margem sobre o PR Nível I Requerido (PR Nível I - RWA * 6%)</b>	<b>1.715.633</b>	<b>1.826.147</b>
<b>Margem sobre o Capital Principal Requerido (Capital Principal - RWA * 4,5%)</b>	<b>2.307.893</b>	<b>2.396.875</b>
<b>Adicional de Capital Requerido-ACP (RWA * 1,25%)<sup>(2)</sup></b>	<b>493.550</b>	<b>237.804</b>
<b>Margem sobre o Adicional de Capital Requerido (menor entre as margens - ACP Requerido)</b>	<b>1.222.083</b>	<b>1.588.343</b>
<b>Índices de Basileia:</b>		
. Índice de Capital Principal (Requerimento mínimo de 4,5%)	10,35%	10,80%
. Índice de Nível I (Requerimento mínimo de 6,0%)	10,35%	10,80%
. Índice de Basileia (Requerimento mínimo de 9,25%) <sup>(1)</sup>	15,78%	16,03%
. Índice de Basileia incluindo RBAN	14,77%	15,00%

<sup>(1)</sup> em dezembro/2016 era 9,875%.

<sup>(2)</sup> em dezembro/2016 era 0,625%.

Onde:

- . RWACPAD: parcela relativa às exposições a risco de crédito.
- . RWACAM: parcela relativa às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial.
- . RWAJUR: parcela relativa às exposições sujeitas à variação de taxas de juros.
- . RWACOM: parcela relativa às exposições sujeitas à variação dos preços de mercadorias.
- . RWAOPAD: parcela referente ao risco operacional.
- . RBAN: capital para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação

### ii. Detalhamento do PR – (Basileia III)

Especificação	30.09.2017	31.12.2016
<b>PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)</b>	<b>6.229.311</b>	<b>6.099.931</b>
<b>PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I</b>	<b>4.084.673</b>	<b>4.109.061</b>
<b>Capital Principal</b>	<b>4.084.673</b>	<b>4.109.061</b>
Capital Social	2.844.000	2.844.000
Reservas de Lucros	1.379.691	1.157.951
Reservas de Capital e de Reavaliação	12.299	14.491
Sobras ou Lucros Acumulados	4.073	-
Contas de Resultado Credoras	2.834.961	-
Contas de Resultado Devedoras	(2.705.932)	-
Ganhos ou Perdas Não Realizadas – Avaliação Patrimonial e TVM	(881.906)	(653.947)
Instrumento de Dívida Elegível a Capital Principal	1.000.000	1.000.000
Ajustes Prudenciais	(402.513)	(253.434)
Ajuste Prudencial – Ativos Intangíveis	(9.525)	(7.144)
Ajuste Prudencial – Ativos Diferidos	-	-
Ajuste Prudencial – Créditos Tributários de Diferenças Temporárias	(382.824)	(235.335)
Ajuste Prudencial – Diferença a Menor – Ajustes da Res. CMN nº 4.277	(10.164)	(10.955)
<b>PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II</b>	<b>2.144.638</b>	<b>1.990.870</b>
Instrumentos Elegíveis ao Nível II	2.165.433	2.012.874
Investimento em Outras Entidades, deduzido do Nível II	(20.795)	(22.004)

## Notas Explicativas

Os contratos de Dívida Subordinada firmados junto ao FNE, autorizados a compor o Nível II do PR, antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 01.03.2013, do CMN, de acordo com o § 2º do seu artigo 23, serão elegíveis até sua amortização.

Em 21.12.2016, o Bacen autorizou a inclusão no Patrimônio de Referência (PR) de Nível I, do Banco, na condição de Capital Principal, o contrato de novação e confissão de dívida firmado junto à União Federal, denominado Instrumento de Dívida Elegível a Capital Principal, que substituiu o contrato de Instrumento Híbrido de Capital e Dívida, que estava registrado no Nível II do PR até 31.12.2015.

### iii. Razão de Alavancagem (RA)

A Razão de Alavancagem, conforme metodologia aprovada pela Circular Bacen nº 3.748, de 27.02.2015, corresponde ao resultado da divisão do PR de Nível I, pela Exposição Total. A Razão de Alavancagem do Banco está demonstrada no quadro abaixo:

Especificação	30.09.2017	31.12.2016
PR Nível I	4.084.673	4.109.061
Exposição Total	74.328.311	68.182.830
Razão de Alavancagem (%)	5,50	6,03

### iv. Índice de Imobilização

O índice de imobilização do Banco, calculado na forma das disposições da Resolução CMN nº 2.669, de 25.11.1999, encontra-se demonstrado a seguir:

Especificação	30.09.2017	31.12.2016
Patrimônio de Referência para o Limite de Imobilização	6.229.311	6.099.931
Limite para Imobilização (50% do PR ajustado)	3.114.655	3.049.965
Situação	185.658	207.424
Margem	2.928.998	2.842.541
Índice de imobilização	2,98%	3,40%

## NOTA 28 – Partes Relacionadas

### a) Transações com partes relacionadas

a.1) As principais transações com empresas públicas, autarquias, programas e fundos sob controle do Governo Federal, apresentam a seguinte composição:

Especificação	30.09.2017	31.12.2016
<b>Ativos</b>		
Operações de Crédito – Refinanciamentos com o Governo Federal (Nota 9.a.1)	-	552.221
<b>Total</b>	-	<b>552.221</b>

Especificação	30.09.2017	31.12.2016
<b>Passivos</b>		
<b>Depósitos a Prazo - FAT (Nota 13.b e Nota 26)</b>	<b>201.821</b>	<b>254.980</b>
<b>Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais (Nota 14.c)</b>	<b>1.565.096</b>	<b>1.669.248</b>
Tesouro Nacional	443	451
BNDES	1.467.444	1.552.591
Finame	97.209	116.206
<b>Outras Obrigações</b>	<b>25.836.385</b>	<b>20.548.732</b>
FNE (Nota 16.f)	21.819.567	16.674.513
FDNE	749.838	759.798
Fundo da Marinha Mercante (FMM)	101.547	101.547
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 16.g e Nota 17)	1.000.000	1.000.000
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 16.h e Nota 18)	2.165.433	2.012.874
<b>Total</b>	<b>27.603.302</b>	<b>22.472.960</b>

## Notas Explicativas

a.2) As principais transações com as entidades vinculadas aos funcionários do Banco, Capef e Camed, apresentam a seguinte composição:

Especificação	30.09.2017	31.12.2016
<b>Passivos</b>		
Benefícios Pós-Emprego – Capef Plano BD (Notas 16.i e 24.b)	372.708	363.118
Benefícios Pós-Emprego – Camed Plano Natural (Notas 16.i e 24.b)	1.132.004	807.550
Benefícios Pós-Emprego – Seguro de Vida (Notas 16.i e 24.b)	124.920	116.899
<b>Total</b>	<b>1.629.632</b>	<b>1.287.567</b>

a.3) As principais receitas e despesas com partes relacionadas estão relacionadas abaixo:

Especificação	30.09.2017	30.09.2016
Operações de Crédito – Refinanciamentos com o Governo Federal	36.708	72.775
Depósitos a Prazo - FAT	(53.120)	(66.728)
Tesouro Nacional	(1)	(24)
BNDES	(79.826)	(117.659)
Finame	(2.090)	(4.321)
FMM	(6.815)	(3.714)
FNE	(114.074)	(41.094)
FDNE	21.826	21.509
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(100.335)	(101.903)
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	-	(20.213)
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	(152.560)	(163.758)
Benefícios Pós-Emprego – Capef Plano BD	(36.639)	(29.777)
Benefícios Pós-Emprego – CVI	(36.774)	(32.735)
Benefícios Pós-Emprego – Camed Plano Natural	(69.086)	(73.914)
Benefícios Pós-Emprego – Seguro de Vida	(7.392)	(3.561)

### b) Remuneração da Administração

A remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal está demonstrada a seguir:

Especificação	01.01 a 30.09.2017	01.01 a 30.09.2016
<b>Honorários</b>	<b>2.797</b>	<b>2.932</b>
Diretoria	2.384	2.507
Conselho de Administração	228	223
Conselho Fiscal	185	202
<b>Outros</b>	<b>1.525</b>	<b>1.609</b>
Remuneração Variável Anual (RVA) - exclusiva para diretores <sup>(1)</sup>	224	770
<b>Total dos Benefícios de Curto Prazo</b>	<b>4.546</b>	<b>5.311</b>
<b>Benefícios Pós-Emprego</b>	<b>165</b>	<b>161</b>
<b>Total</b>	<b>4.711</b>	<b>5.472</b>

<sup>(1)</sup> 50% da RVA correspondem a instrumento baseado em ações, tendo como parâmetro para a provisão e para o pagamento em dinheiro o preço de cotação das ações do Banco na Bovespa. Os valores constantes do quadro acima correspondem à provisão dos pagamentos a ocorrerem no exercício, bem como às parcelas diferidas a serem liquidadas nos três anos seguintes, em conformidade com a Resolução CMN nº3.921, de 25.11.2010.

O Banco oferta aos diretores, como benefícios pós-emprego, Plano de Previdência e de Assistência Médica, nas mesmas condições oferecidas aos empregados.

O Banco não realiza operações de crédito com seus Diretores, membros de seu Conselho de Administração e Conselho Fiscal, pois a prática é proibida às instituições financeiras regulamentadas pelo Bacen.

### NOTA 29 – Demonstração do Resultado Abrangente

Especificação	01.01 a 30.09.2017	01.01 a 30.09.2016
<b>Lucro Líquido</b>	<b>466.299</b>	<b>172.767</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>(225.767)</b>	<b>65.535</b>
Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	161.715	270.606
Efeito Tributário sobre o Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	(64.095)	(109.115)
Realização da Reserva de Reavaliação	3.919	2.905

## Notas Explicativas

Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	(1.727)	(1.307)
Ganhos ou Perdas Atuariais	(325.579)	(97.554)
<b>Resultado Abrangente</b>	<b>240.532</b>	<b>238.302</b>

### Nota 30 – Outras Informações

- a) Em 03.07.17, o Conselho de Administração do Banco aprovou um Programa de Incentivo ao Desligamento (PID) destinado a funcionários que se encontram aposentados ou em condições de requerer a aposentadoria de acordo com as normas da Previdência Social (INSS).

Em 06.10.2017 foi encerrado o prazo para adesão; 234 empregados aderiram ao programa totalizando uma despesa da ordem de R\$ 54,2 milhões.

### b) Declaração de Conformidade

Confirmamos que todas as informações relevantes, próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão do Banco.

### c) Aprovação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras Intermediárias foram aprovadas pela Diretoria, por meio de reunião realizada em 31 de outubro de 2017.

Fortaleza (Ce), 31 de outubro de 2017

**A Diretoria**

**OBS.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias.**

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Informações Trimestrais - ITR

Banco do Nordeste do Brasil S.A.

30 de setembro de 2017  
com Relatório dos Auditores Independentes

Relatório do Auditor Independente sobre a Revisão das Informações  
Trimestrais - ITR

Ao  
Conselho de Administração, Acionistas e Administradores do  
Banco do Nordeste do Brasil S.A.

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

### Outros assuntos

#### Informações de intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado - DVA, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, preparadas sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM aplicáveis à elaboração de Informações

Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 10 de novembro de 2017.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6

Eduardo Wellichen  
Contador CRC- 1SP184050/O-6